CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 / 03 / 2017	15h05min	18ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	1

TERCEIRA SECRETARIA

DIRETORIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO

SETOR DE TAQUIGRAFIA

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª

(DÉCIMA OITAVA)

SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA DEBATER A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 287, DE 2016, QUE TRATA DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA,

DE 16 DE MARÇO DE 2017.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.380, de 2017, de autoria do Deputado Wasny de Roure, a sessão ordinária de hoje será transformada em comissão geral para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016, que tramita na Câmara dos Deputados e trata da reforma da Previdência.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Tendo em vista a necessidade de compor a Mesa e a galeria, vou suspender a presente reunião por trinta minutos para aguardar os convidados e os debatedores.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h06min, a reunião é reaberta às 15h20min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro reaberta a presente sessão.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral destinada a debater a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 287, de 2016 – que tramita na Câmara dos Deputados e trata da reforma da Previdência.

Antes, digo que, se o pessoal que está sentado na galeria quiser ocupar as cadeiras dos Deputados, pode ocupar.

Convido para compor a Mesa as seguintes pessoas: Deputado Wasny de Roure, autor desta proposição; Exmo. Sr. Senador da República, nascido no Ceará, meu amigo Senador José Pimentel – PT/CE; Sr. Ex-Ministro da Previdência e sindicalista, Carlos Gabas; Sr. Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP, Vilson Antônio Romero; Sr. Coordenador-Adjunto do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Clóvis Scherer.

Eu pergunto se a Sra. Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Carmen Helena, já chegou. O local dela está reservado aqui. Também o Sr. Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, Aldemir Domício – ele já chegou? E o Ibraim?

Quero mais uma vez falar da importância deste debate. Nós já realizamos outras sessões aqui, outras audiências. O próprio Ministro Gabas já esteve aqui. O Ricardo Berzoini e outros também. Mas este assunto nunca é demais debater, dada a premência, a importância que tem, porque mexe com a vida de todos os brasileiros. Se há um assunto que mexe com todo mundo é exatamente a reforma previdenciária. Eu conheço grandes empresários no Distrito Federal, Ministro Carlos Gabas. Um chegou a mim e falou: "Chico, eu estou verificando minha aposentadoria como está". Eu perguntei: "Mas você se aposenta?" Ele disse: "É. Eu contribuí com a Previdência". Eu disse: "Pois é, rapaz! Eu não sabia que você ia se aposentar pela Previdência, não". Portanto, é um assunto que mexe com todo mundo, mas, especialmente, com os trabalhadores.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu quero agradecer a V.Exa. inicialmente, e cumprimentar toda a Mesa, bastante representativa. Esse é um momento importante para a sociedade brasileira. Ela foi pega de surpresa com medidas que retiram direitos conquistados ao longo de muitos e muitos anos. Nós pudemos presenciar agora mais recentemente o documento do Ministério Público já na Promotoria dos Diretos do Cidadão, apresentando uma série de argumentação, principalmente com relação ao aumento da idade mínima de 65 anos e aos 25 anos de contribuição. Também a questão da não manutenção do tratamento diferenciado de homens e mulheres, que foi uma conquista consolidada do povo brasileiro em respeito às n jornadas que a mulher possui. Igualmente, às aposentadorias especiais que caracterizaram as diferenças. É um trabalho gigantesco – vocês hão de reconhecer – para identificar sobretudo as razões de ser de um tratamento diferenciado da polícia ou dos professores, enfim. Então, isso está representando um impacto social de perdas de reconhecimento de direitos muitíssimo grande na sociedade brasileira.

A outra questão que nos pegou de surpresa de maneira extremamente negativa é a cobrança do trabalhador rural. É incrível: eles fazem as concessões aos grandes empresários e cobram dos menos favorecidos. A coisa é tão grave que, mesmo na política da assistência social, eles passaram a adotar a correção do BPC –

Benefício de Prestação Continuada – tão somente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor –, e não mais aquela política do salário mínimo que era o INPC mais o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto. Quer dizer que, dentro em breve, com poucos anos, já vai haver uma disparidade relativamente significativa entre o que é aposentado com o salário mínimo e o que recebe pelo BPC, sem desconhecer ainda que o BPC são doze parcelas – esse é um outro problema que nós vivemos – e a aposentadoria são treze parcelas no ano.

Esta Mesa aqui tem o papel de nos ajudar a decifrar essa proposta bastante perversa. Hoje, exatamente neste momento, eu participo de uma organização de Deputados Estaduais e Assembleias Legislativas. Está sendo entregue um documento ao impostor Temer no qual a entidade apresenta, de uma maneira bastante dura, a cobrança da retirada dos direitos dos trabalhadores.

Não sei se há alguma coisa que se aproveita dessa proposta apresentada. Acredito que praticamente nada. Necessidades em reajustes, em adaptações da Previdência, isso é algo fundamental. Não vamos cair aqui numa atitude de desconhecimento. Depois, a sociedade vai cobrar de nós duramente o fato de não termos tido sensibilidade para fazermos os ajustes da idade, da própria contribuição etc. A sociedade tem que continuar ampliando essas alternativas de receita para a Previdência e estancando essas medidas fiscais, aquilo que se paga do juro das contas do Estado. Por si só essas duas grandes rubricas fazem uma dilapidação das contas públicas e causam um comprometimento das nossas contas.

Portanto, Deputado Chico Vigilante, foram esses os motivos que nos levaram a estar aqui no dia de hoje. Quero registrar que isso também foi um pleito da Central Única dos Trabalhadores para a Câmara. Essa é a segunda audiência que a Câmara está realizando sobre essa proposta; não é a primeira. A primeira foi apresentada por um colega Parlamentar. Temos que ser justos. Ela foi também bastante concorrida.

Nós temos que trazer outros aliados para esta luta. Eu faço essa colocação para os colegas aqui no encerramento da minha palavra. É fundamental que nós consigamos aliados na sociedade. O enfrentamento é de grande proporção. O enfrentamento não é pequeno porque as forças retrógradas, neste momento, se aliaram contra a classe trabalhadora. Precisamos enxergar a demonstração em São Paulo. As fotos que a *Folha* traz, tanto na capa como dentro do caderno, são bastante expressivas. O colega do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – estava dizendo que a mobilização em Belo Horizonte também foi muito grande. A nossa aqui, eu diria, foi boa, mas ainda um pouco aquém do efeito que tudo isso vai trazer, inclusive, para os servidores públicos.

Eu quero cumprimentar cada uma das lideranças – dos trabalhadores rurais, dos professores, dos servidores públicos – aqui presentes. Não quero me delongar porque temos alguns colegas que vão se manifestar e têm outros compromissos, como é o caso do Senador Pimentel. Então, Deputado Chico Vigilante, a bancada do

PT está fazendo um esforço enorme para retomar o protagonismo nesse processo de defesa da classe trabalhadora em nossa cidade e em nosso País.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure. Quero comunicar aos convidados que, a partir desse momento, estão abertas as inscrições para aqueles que desejarem fazer uso da palavra pelo tempo regimental, quando a gente abrir, de três minutos. O pessoal do Cerimonial estará inscrevendo os interessados.

Quero registrar a presença do nosso companheiro Roberto Policarpo, ex-Deputado Federal e presidente do Partido dos Trabalhadores aqui no Distrito Federal. Passo a palavra ao nosso querido amigo, companheiro José Pimentel, Senador da República. É da República, mas é do Estado do Ceará também. V.Exa. gostaria de falar daqui ou da tribuna? Por favor, fique à vontade.

Antes de o Senador Pimentel chegar ali, eu tenho por tradição, nas sessões que presido – especialmente contando com a colaboração das companheiras Francisca e da outra menina, que são as copeiras –, além de servir um cafezinho para a Mesa, servir para os convidados também. Portanto, daqui a pouco, vai ter uma mesinha ali com uma garrafa de café, para quem quiser tomar um cafezinho quente, preparado por elas, e já está pago por nós. Daqui a pouco teremos o café.

Senador José Pimentel, V.Exa. disporá de até vinte minutos. Eu fui Deputado Federal junto com o Pimentel. A gente fez muita coisa dentro daquele Congresso. Coisa boa, não é, Pimentel? Tempos bons aqueles.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel por até vinte minutos.

SR. JOSÉ PIMENTEL – Boa tarde a todos. É uma alegria estar aqui na Câmara Legislativa. Quero saudar o Deputado Chico Vigilante, Presidente desta sessão; abraçar o Deputado Wasny de Roure, nosso Deputado Distrital, igualmente com o Deputado Chico Vigilante; abraçar o Carlos Gabas, nosso colaborador da Previdência Social, que nos sucedeu naquele trabalho como Ministro de Estado; saudar o nosso Vilson Antônio Romero, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais; abraçar o Policarpo, nosso Deputado de ontem, que brevemente deve estar voltando ao Congresso Nacional; abraçar o Clóvis, que é o coordenador-adjunto do Dieese, órgão que nos assessorou muito nos anos 80 – naquela época, fez muita formação sindical. Por isso, nossa parceria já está passando dos trinta anos. Já tinha idade de se aposentar, pelas regras atuais da Previdência Social.

Queria começar registrando que, quando nós falamos em reforma, a primeira imagem que vem é de uma coisa boa, porque você reforma a sua residência. Portanto, quando falamos de reforma, a primeira imagem que vem na nossa mente é de uma coisa boa, porque você reforma para melhorar. Aqui, não. É uma contrarreforma. Essa reforma só tem um objetivo: retirar direito de todos os trabalhadores do campo e da cidade. O melhor espelho disso foram as manifestações de ontem. Nós estávamos meio enferrujados nas manifestações, nas participações,

em nos reunir. Ontem resolvemos retirar da gaveta a nossa velha camisa de batalha. Resolvemos ir para a rua e dizer que este governo acha que pode muito, mas ele não pode tirar o direito de um país que tem a quinta população do planeta.

Todos nós contribuímos com a Previdência Social, para que possamos ter os seus benefícios. Se nós analisarmos, a Previdência é um dos poucos serviços prestados pelo Estado que alcança toda a família. A mulher, quando ganha a sua criança, tem a licença-maternidade. No período laboral, quando adoecemos, temos a licença saúde. Os Deputados Chico Vigilante e Wasny de Roure ainda estão muito jovens. Quando chega a terceira idade, você tem a aposentadoria. E quando Deus nos leva, a gente deixa a pensão para proteger nossos dependentes. Por isso, a Previdência no Brasil cuida de toda a família. Aqueles que deram o golpe no dia de ontem querem agora retirar direitos.

Esse mesmo debate não estava tão presente na Emenda Constitucional 95, que tratava do teto de gastos em investimento na saúde, na educação e em outros setores. Essa reforma é a espinha dorsal, ou seja, é a sustentação da Emenda Constitucional 95, que nós chamávamos de PEC da Morte. Aqui, com essa, talvez nem ressurreição nós tenhamos. Por isso vamos iniciar essa Emenda Constitucional 287. Como eu havia dito, ela alcança todos os trabalhadores, sem exceção: homens e mulheres. Também tem como objetivo alterar um conjunto de regras do regime geral e do regime próprio do servidor civil, que está vigorando. Ao longo do tempo, tem sido feita uma série de ajustes para ser financeiramente equilibrado, até porque o constituinte, ao criar a seguridade social lá em 1998, assegura os recursos da saúde, da assistência e da previdência. Nosso amigo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – ANFIP vai se debruçar mais sobre o financiamento da seguridade social.

Esse sistema também tem como objetivo retardar o início do gozo dos benefícios da Previdência. Ou seja, retarda as nossas aposentadorias, em média, dez anos. É por isso que eles elevam a idade da mulher trabalhadora rural e da pescadora artesanal, de 55 para 65 anos. As mulheres são as mais prejudicadas nesse sistema. Ali, de imediato, estão retirando 130 salários mínimos de cada mulher trabalhadora rural, porque eles retardam as aposentadorias em 10 anos. Ela recebe 13 salários mínimos por ano, já que são os 12 meses, mais o décimo terceiro. Estão retirando de cada mulher 130 salários mínimos, e nunca mais ela recupera esses 130 salários mínimos. Isso tem um impacto muito forte na economia municipal, particularmente nos menores municípios. Nos municípios da Região Norte, da Região Nordeste – a minha região e a região do Chico Vigilante –, as nossas economias dependem diretamente da Previdência Social.

O DIEESE tem uma série de estudos sobre o impacto disso na economia local e vai aprofundar essa discussão, mostrando que isso traz um esvaziamento muito grande na economia municipal, na economia regional, e aprofunda as desigualdades regionais. Essa reforma também tem como objetivo reduzir os valores dos benefícios. Hoje, a mulher com 30 anos de contribuição, e o homem com 35 anos de

contribuição na área urbana, aposentam-se com a média das 80 maiores contribuições de 1994 para cá.

Agora altera-se isso, e a base de cálculo, seja homem ou mulher, passa a ser 50% da média, sem retirar os 20% menor desse período. Para cada ano de contribuição, acrescenta-se 1%. Ou seja, 51%, mais o tempo de contribuição que se está colocando – em média, 25 anos o mínimo –, você vai receber 76% do montante que receberia hoje, com 30 anos de contribuição a mulher, e 35 anos de contribuição o homem.

Se essa mulher quiser ter a mesma média, o mesmo valor que ela recebe hoje, terá que trabalhar até 49 anos. Ou seja, terá que contribuir até 49 anos. Como ela se aposenta na parte urbana com 30 anos, ela tem um período de 19 anos a mais para poder receber o mesmo valor do benefício que recebe hoje. E, quando você trata da trabalhadora rural, essa situação é muito mais crítica, porque hoje há uma contribuição do grupo familiar dela sobre um percentual da comercialização da safra. Quando não tem safra, ela não tem obrigação de contribuir. O novo sistema altera a contribuição sobre a comercialização da safra e passa a ser sobre o salário mínimo. Eles não estão dizendo qual é esse percentual do salário mínimo ainda, mas, ao fazer essa mudança, esse é um setor de risco na sua economia e, dificilmente, um grupo familiar – que passa a ser para cada um – terá condições de contribuir durante 25 anos sobre o salário mínimo. Nós mesmos do Nordeste e do meu estado, Estado do Ceará, estamos saindo de cinco anos de seca sem produção. Logo, nós não teríamos como contribuir. E, mais grave, hoje a comercialização alcança todo o grupo familiar. A nova regra é para cada um do grupo familiar. Normalmente no Nordeste, a família tem cinco membros: o pai, a mãe e três filhos. Hoje essa comprovação é feita sobre o grupo familiar e não tem a necessidade de individualizar. Isso foi regulamentado em 2007. A nova regra propõe que essa contribuição seja para cada um do grupo familiar. Em outras palavras, seria para os cinco membros da família sobre um percentual do salário mínimo, ao qual a emenda constitucional ainda não faz referência.

Ele também restringe o conceito de direito adquirido, só considera direito adquirido para aqueles que já preencheram todas as condições e cria uma regra de transição extremamente injusta, ao contrário da Emenda nº 20 e da Emenda nº 41, que trouxe para o sistema de transição aquele que tinha um dia de trabalho. Agora não. A mulher que tiver 44 anos, 11 meses e 29 dias de idade está fora da regra de transição. E o homem que tiver 49 anos, 11 meses e 29 dias de idade também está fora da regra de transição. A regra de transição só alcança a mulher que tem 45 anos de idade e o homem que tem 50 anos de idade e revoga todas as regras de transição que estavam na Emenda nº 20 e na Emenda Constitucional nº 41. Isso também converge para o homem e a mulher terem a mesma idade.

Os direitos das mulheres de receberem o salário igual aos homens, isso não se faz, mas as obrigações passam a ser, de uma hora para a outra, após a promulgação dessa famigerada emenda constitucional, para homens e mulheres.

Hoje eles querem que a mulher rural, que se aposenta com 55 anos, aposente-se com 65 anos. Mas o mais grave é para com as professoras. A professora hoje se aposenta com 50 anos de idade, e eleva-se para 65 anos de idade a aposentadoria da professora da creche, da pré-escola, do ensino infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Ou seja, eleva-se em 15 anos a idade dessa educadora. E também alcança todos os professores, todos os segurados especiais e todos os trabalhadores do Brasil, elevando tudo para 55 anos. Iguala rurais com urbano.

Nós sabemos que, na atividade rural – e o Chico vem desse setor –, com 7, 8 anos de idade, já se está na roça ajudando o pai e a mãe a plantar, a limpar, a colher e a trazer a produção para casa. E aí você quer que uma mulher fique aos 65 anos de idade plantando arroz, plantando feijão, plantando macaxeira lá no sertão do Ceará. Isso é impossível com essa idade, mas a mente dos golpistas, daqueles que acham que o Brasil é a Avenida Paulista tem esse olhar e, por isso, encaminha esse projeto. Iguala servidores públicos com iniciativa privada. Isso já tinha sido feito num processo de ajuste durante a transição, mas, logo que foi implantado o Funpresp, agora em 2012, 2013, essas regras convergiram e são iguais. Portanto, essa ideia de que os servidores públicos dos municípios, dos estados e da União eram marajás acabou lá com o Collor, mas aqueles que deram o golpe continuam com a mesma visão de Estado que o Collor, o Fernando Henrique Cardoso e outros tinham. Por isso, na propaganda, tentam discriminar o servidor público para jogá-los contra a sociedade. Isso aqui já tinha sido feito, só que com regras justas e adequadas, com as quais o servidor público se aposenta com 60 anos de idade e a servidora pública, com 55 anos de idade, sendo o tempo de contribuição igual ao da iniciativa privada: 35 anos e 30 anos. É a chamada fórmula 85/95, que nós aprovamos em 2015 para permitir que os celetistas fossem beneficiados e não tivessem aquele achatamento tão forte do fator previdenciário.

A próxima página, que já está na tela, traz um debate sobre as justificativas de que o sistema previdenciário é deficitário. Primeira regra: o constituinte de 1988 criou a seguridade social, que é a assistência à saúde e a previdência. E ela tem sido superavitária todos os anos, inclusive em 2015 e 2016. Logo em seguida, isso será apresentado. Tem como objetivo atender ao ajuste fiscal da Emenda Constitucional nº 95. Isso aqui é verdade. Esse é o principal ato para que efetivamente essa emenda constitucional entre em vigor na sua totalidade. Argumentam o envelhecimento populacional. É verdade, nós queremos viver mais, mas os ajustes feitos no sistema previdenciário permitem que, até 2040, essa Previdência não precise de uma mudança tão brusca como a que está sendo feita. Ela precisaria de ajuste finos, como fizemos também em 2015 com relação aos dependentes, para que pudéssemos garantir esse processo. Argumentam que a nossa Previdência é generosa, que paga bons benefícios. Essa é a maior das mentiras. Os países que têm economia idêntica à do Brasil pagam, em média, 25% acima dos benefícios praticados no Brasil, com exceção do México e do Chile, porque, nos anos 90, eles fizeram uma reforma muito parecida com essa e hoje todos estão revendo. A nossa massa salarial é 75% em média da praticada em outros países que têm uma

economia muito próxima da nossa. O nosso Dieese tem muitos bancos de dados sobre essas questões que mostram o arrocho e o poder aquisitivo da massa trabalhadora.

A página seguinte é exatamente a questão da seguridade. Vou deixar para a Anfip aprofundar esse tema.

A seguinte mostra as fontes de financiamento da Previdência Social e da seguridade social. Aqui se envolve a folha de pagamento, a receita, o faturamento, o lucro das empresas, o concurso de prognósticos, que são as loterias, e também os orçamentos municipais, estaduais e da União. A Anfip também tem excelente trabalho sobre essas questões.

Quero deixar claro que eles têm um objetivo: fazer com que o Estado – aí entendido o município, o estado e a União – não participe do custeio da Previdência Social. Não existe um único país do mundo em que o Estado não participe também do custeio da previdência social. Não estou falando nem da assistência nem da saúde, estou pegando direto a questão da previdência.

A próxima lâmina também mostra isso, e a seguinte é muito interessante, porque o Brasil tem uma das menores participações na Previdência sobre o seu produto interno bruto. Se você analisar a Itália, que é um dos países que discute isso, verá que hoje eles têm em torno de 16% do seu produto interno bruto investido em Previdência. Não estou falando nem de assistência nem de saúde.

Há um conjunto de países muito parecido com o nosso e, aqui na América Latina, há apenas dois países que têm participação inferior ao Brasil, em torno de 8%, que são o Chile e o México. O México tem todo um processo de exclusão social, estão discutindo isso e agora, com a chegada do novo Presidente dos Estados Unidos, eles terão que intensificar ainda mais essa política de inclusão social. E o Chile fez nos anos 90 a mais radical reforma liberal do sistema previdenciário, fixando que o benefício para todos é de um salário e nesse benefício o Estado participa. A partir desse valor, é mercado. Já aqui no Brasil, eles querem transformar a Previdência custeada pelo trabalhador e pelo empregador e explorada pelo mercado, sem nenhuma proteção por parte do Estado.

A nossa Anfip tem feito uma série de estudos consistentes sobre a seguridade social, a retirada de recursos, mostrando que, mesmo assim, a seguridade social, pagando tudo que é despesa de saúde, tudo que é despesa de assistência, tudo que é investimento na Previdência, é superavitária, com um agravante: as desonerações da seguridade social foram muito grandes nos últimos anos, e isso tem diminuído um pouco esse superávit. Mas, em 2015, o último ano que está consolidado, houve um saldo positivo de quase 12 bilhões de reais. Esta página, nós precisamos nos debruçar sobre ela.

Lá em 2007, a desoneração da seguridade social era em torno de 18 bilhões de reais. Veio a crise de 2008. De 2008 a 2011, ela estabilizou mais ou menos na

casa de 67, 68 bilhões de reais. Teve uma acelerada de desoneração e, em 2015, chegou a 157 bilhões de reais.

Este tema, nós precisamos discutir mais, para criar regras e para não acontecer um processo de desoneração dessa magnitude, porque, quando a economia deixa de crescer, quem paga a conta são os trabalhadores.

A próxima lâmina é o planejamento feito em 2003, porque o regime próprio dos militares, em qualquer parte do mundo, é pago pelo Tesouro. No Brasil, não é diferente. Lá em 2001, 2002, isso chegou à casa de 0,9% do PIB; e o planejamento foi feito para que ele venha para 0,5% do produto interno bruto brasileiro. Ele chegou a 54, 55 entre 2013, 2014. Com a queda do PIB, em 2015, 2016, houve uma pequena oscilação, mas o que foi planejado está se cumprindo, e eles não contribuem para a aposentadoria. Eles contribuem para o plano de saúde e para as pensões.

O Regime dos Servidores Civis da União, na época dos cálculos, estava na casa de 1,25, 1,30 e foi planejado para zerar em 2040. Em 2003, foi calculado o que isso representava. Representava em média 350 bilhões de dólares, e esse processo foi se ajustando, estava em 1,8, 1,7 dentro do planejamento, para zerar em 2040. E, a partir da criação do Funpresp, as regras são iguais, e esse subsídio, basicamente, vai desaparecendo. Portanto, esse diálogo de que o regime civil da União é extremamente deficitário foi nos anos 90. Mas, com a justa Emenda Constitucional nº 41, está se ajustando.

O fato é que nós estamos tendo um crescimento no regime próprio. Até porque, lá em 2007, quando resolvemos planejar totalmente o regime geral, para ele ser financeiramente equilibrado, com recursos da Previdência contributiva, que é urbana, ali nós incorporamos 5 milhões e 400 mil ações que estavam tramitando na justiça, para não serem pagos os benefícios dos aposentados e retardar o pagamento. Foi feita uma grande composição com o melhor e maior presidente da história brasileira, que é o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. E esse sistema, que foi extremamente deficitário até 2007, com os ajustes feitos em 2007 e 2008, quando eu fui Ministro da Previdência Social, pagou um déficit de 22 bilhões em 2007. Com o crescimento econômico, com o pleno emprego, e com a valorização do salário mínimo, de 2009 a 2015, a Previdência Contributiva Urbana passou a ser financeiramente superavitária. Entre o que nós arrecadamos e o que pagamos no período de 2011 a 2014, cobriu-se o déficit, aumentaram os benefícios, e sobravam em média, por ano, 30 bilhões de reais. Esse era o resultado da Previdência Contributiva Urbana.

Em 2015, no ano da pauta bomba, foi feita uma alteração da contribuição sobre a folha de pagamento, trazendo para o faturamento. Isso não é problema, nós podemos alterar. Só que o índice, que deveria ser no mínimo um percentual de 2,5% sobre o faturamento, veio para 1,5%. E esses 30 bilhões de reais de saldo positivo foram comidos por 4 mil empresas. Para variar, as mesmas que financiam campanha eleitoral.

A micro e pequena empresas pagam de 2,75% a 9%. A média da contribuição sobre o faturamento, para a Previdência, é 6% da micro e da pequena. Mas aqui veio para 1%, 1,5%. No final de 2015, foi feita uma revisão e foi elevado para 1,5%, 2% e 2,5%. Em seguida, em 2016, o Ministério da Previdência foi extinto um dia após o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff, no dia 13 de maio. A partir daí, toda a receita, todos os controles passaram a ser feitos pelo Ministério da Fazenda e terminaram o ano com um rombo de 46 bilhões de reais. Ou seja, os 30 bilhões de saldo positivo, mais 46 bilhões de rombo dão 76 bilhões de reais em um ano. E é por isto que nós estaremos lá, no dia 21, na CPI da Previdência: para deixar muito claro para o Brasil que esse rombo foi fabricado dentro da Ministério da Fazenda, para justificar exatamente essas medidas que eles estão tomando.

Vou para a última página dessa exposição, simplesmente para termos clareza do que está sendo feito. Chega a companheira ali, já na casa dos 60 a 62 anos de idade, ao lado do seu companheiro, e pergunta: "Tu vais te aposentar quando?" E ele, sem abrir a vista para ela, responde: "Na próxima encarnação." Esta é a reforma da Previdência que está em tramitação no Congresso Nacional.

Muito obrigado pela paciência. (Palmas.)

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Senador José Pimentel. Vou começar a registrar algumas presenças. Registro a presença do ex-Deputado Policarpo, Presidente do PT; da Sra. Luciana Custódio, Diretora do Sinpro; do Sr. Júlio Barros, Diretor do Sinpro; do Sr. Jailson Kalludo, Professor da Secretaria de Educação que também é do Conselho Fiscal do Sinpro; do Sr. Isaías, Diretor do Sinpro; do Sr. Gilberto Ribeiro, do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização; do Sr. Nelson Moreira, Coordenador do CED 11, de Ceilândia, claro; e Sra. Edineide Rocha, do MST. Na medida do possível, vou registrando as presenças.

Passo a palavra, por vinte minutos, ao Sr. Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Sr. Vilson Antônio Romero.

SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, Exmo. Sr. Deputado Wasny de Roure, nobre Deputado Policarpo, que nos honra com a presença; Senador José Pimentel; de excelente lembrança como dirigente do Ministério da Previdência Social; senhores trabalhadores do campo; professores que nos honram e demais segmentos sociais, uma salva de palmas para vocês, lutadores do Brasil. (Palmas.)

Nós temos que fazer esse enfrentamento, e ele tem que ser com a unidade na luta. Temos que unir o campo e a cidade, o trabalhador do serviço público e da iniciativa privada, porque sabemos que essa Proposta de Emenda Constitucional nº 287 é o braço operativo da PEC do teto de gastos. A Emenda Constitucional nº 95, que limita os gastos sociais por duas décadas, tem como seu principal instrumento de ação a reforma da Previdência e, logo em seguida, a reforma trabalhista.

Vemos, com certeza, que essa reforma previdenciária atinge muito dura e cruelmente a mulher camponesa, a professora do ensino básico, a policial, como regra, a mulher como gênero, mas, acima de tudo e principalmente, o trabalhador do campo e o profissional do ensino. Atinge mais violentamente – depois eu acho que os nossos apresentadores painelistas irão falar – o idoso e o deficiente carente. Uma crueldade sem medida.

Nós temos que nos levantar contra isso, levar para a rua esse debate. Acima de tudo, temos de fazer um trabalho muito forte em cima dos Deputados Federais do DF, um por um. Eles têm que ser visitados, têm que, de fato, ter a noção correta da extensão que se pretende atingir, do tamanho da maldade que contém a PEC 827.

Cada um deles tem que ser visitado por potenciais eleitores, porque, no ano que vem, eles virão pedir votos. O ano que vem, vindo pedir voto, eu acho que vocês têm que defender que aquele que votar a favor dessa PEC, que é cruel, que atinge de fato a cidadania, não pode voltar para o Parlamento. Nem o Senador e nem os Deputados. (Palmas.)

Por isso, meus amigos, eu quero só rememorar aqui por que nós inclusive temos servido de contraponto a essa reforma colaborando com inúmeros segmentos sociais. O governo tem tentado desmontar a nossa defesa daquilo que o Senador começou a falar aqui: que se criou na Constituição cidadã de 1988 um sistema de proteção social, que é o estado do bem-estar social brasileiro, chamado seguridade social. Essa seguridade social, que abrange ações nas áreas da saúde, assistência e previdência social, tem fontes próprias de financiamento. É um sistema solidário, e lá dentro está a previdência social do regime geral, que é mantida pelo INSS, mas não está lá a previdência dos servidores públicos, dos servidores públicos do estado, do município, do Distrito Federal, da União, tanto civis, quanto militares. Ele está compreendido em outros capítulos da Constituição: o civil no artigo 40 e o militar no artigo 142. Portanto, não se pode fazer essa conta.

O governo tem feito uma contabilidade criativa. Tem dado uma pedalada na Constituição ao somar todo o eventual desequilíbrio no cotejo entre o que o servidor contribui e o que se paga de aposentadoria e pensão para o servidor, colocando tudo isso na conta da seguridade. Isso nós temos que denunciar e temos denunciado. Essa é a grande falácia do rombo.

Há vinte anos, a Anfip analisa as contas do orçamento da seguridade social. Daí contabiliza todas aquelas contas que estão lá, que são a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, a contribuição social sobre o lucro, a contribuição previdenciária sobre a folha e, acima de tudo, o que vem das receitas das lotéricas, onde se faz a fezinha a cada semana. Nós temos isso nesse documento que se chama Análise da Seguridade Social, que está lá disponível no www.anfip.org.br.

Há vinte anos, nós comprovamos que têm sobrado recursos. Isso sem contar que, antes da unificação em torno do INSS, desde o surgimento dos IAP — Instituto

de Aposentadoria e Pensões, sempre se roubou da Previdência. Em 1999, um tucano de alta penugem, de alto relevo, de alta plumagem, densa plumagem, Presidente do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento na época, Sr. Monteiro de Barros, pediu ao economista André Lara Resende que fizesse um levantamento de tudo o que governo federal tinha surrupiado dos saldos positivos da Previdência Social. Entre 1966 e 1999, levaram 400 bilhões de reais. Isso, inclusive, foi objeto de um documento entregue ao Governo FHC, que depois motivou um projeto de lei do então Deputado Paulo Paim, hoje Senador, que foi arquivado e depois recuperado pelo então Senador, hoje Deputado Babá, e que dizia para emitir títulos públicos para recompor o Fundo de Previdência e Assistência. E esse Fundo de Previdência e Assistência, se hoje estivéssemos com esses recursos atualizados, somaria 1 trilhão e 500 bilhões de reais, dinheiro surrupiado da aposentadoria do trabalhador da iniciativa privada.

Temos problemas, óbvio, mas temos que ajustar a Previdência em função da evolução demográfica. Nós temos que ajustar a questão que envolve as previdências dos servidores de estados e municípios, mas não pode ser dessa forma cruel, fazendo uma linha de corte de 65 anos, implantando uma ditadura demográfica, usando idade mínima aplicada a países da comunidade europeia – inclusive países escandinavos, que têm um alto índice de desenvolvimento humano, com a maior estrutura social de cobertura a seu povo. Usam isso como paradigma para aplicar a um país que permanece desigual, que continua desigual em eterna via de desenvolvimento. Hoje, ele não é parceiro, em termos de desenvolvimento, dos seus companheiros no bloco econômico que integra, no BRICS. Ele não é parceiro, em termos de desenvolvimento, da Rússia, da Índia, da China, da África do Sul.

E querem aplicar isso neste País com um alto Índice de Gini, que mede a desigualdade. Neste País em que o trabalhador do sexo masculino no Estado do Piauí tem uma esperança de vida, ao nascer, de 66 anos, enquanto a mulher na Região Sul tem uma esperança de vida ao nascer que beira os 75. Se é pela média, significa condenar a metade da população de trabalhadores do sexo masculino do Piauí a morrer antes de fazer jus ao benefício.

Ontem eu estava na UnB, no *campus* de Planaltina, conversando com os jovens bacharelandos, os estudiosos. Lá havia cerca de cem, na faixa de 18 a 20 anos, e só dois que trabalhavam. Eu lhes disse que, quando ingressarem no mercado de trabalho, quando conseguirem um emprego de carteira registrada, sabendo que o governo informa que a Previdência está quebrada, que é deficitária, terão que trabalhar 50 anos para fazer jus a um benefício que dizem que depois dos 50 anos é integral. Mas não é integral, trata-se da integralidade da média de tudo com o que o trabalhador contribuiu, de todas as remunerações desde que começou a trabalhar! Todos foram unânimes em dizer: "Nós não queremos entrar nessa Previdência".

Então, essa reforma, como é apresentada, é excludente, ela afasta o pobre! Se, em um exercício matemático, nós disséssemos que vamos fixar a idade mínima da Previdência em 130 anos, nenhum brasileiro a partir de agora se aposentaria,

porque o homem mais velho é um cearense, um ex-agricultor do Ceará, que tem 131. Todos os demais não se aposentariam. A Previdência deveria continuar bancando os benefícios dos 34 milhões que hoje recebem, bem como no serviço público. Não me venham dizer que, de fato, só com fuzilamento indiscriminado dos aposentados, é que nós teremos a solução para esse déficit que o governo diz que tem, quando nós comprovamos, e aqui já vamos mostrar rapidamente aos senhores, que seguridade compreende todas as ações na área da saúde, assistência e previdência.

E olha, só para os senhores lembrarem, para saberem bem: foi criada a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em 1988, e lá está, no art. 1º: "destinada ao financiamento da seguridade social". Em 1991, foi transformado o fim social em COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social. Está lá no art. 1º que é uma contribuição para o financiamento da seguridade exclusivamente para as atividades-fim de saúde, assistência e previdência.

Esse texto legal não mudou! E o governo encontrou formas de tungar uma parcela expressiva desses recursos ou no mínimo desvinculá-los para aplicar em outros recursos. Isso aconteceu com o surgimento da famigerada DRU – Desvinculação de Receitas da União, que lá em 1994 era Fundo Social de Emergência, e logo se viu que não tinha nada de social, muito menos de emergência. Depois mudou sua alcunha para Fundo de Estabilização Fiscal e hoje é a DRU, que permite tirar 30% do conjunto das contribuições sociais – que surgiram exclusivamente para manter o nosso estado de bem-estar social. Foi prorrogada, lamentavelmente, no ano passado, até 2023. Tirar 30% representa poder desvincular 100 bilhões de reais ao ano das contribuições sociais! Isso num sistema que está falido, num sistema que está quebrado? Que ironia é essa, senhores?

E assim nós vamos adiante. Eu só queria mostrar a seguridade social. Segundo os estudos da Anfip, nós temos revelado uma sequência de superávits. Com toda a aplicação nos programas Bolsa Família, seguro desemprego, com os benefícios assistenciais aos idosos e aos deficientes, a Previdência Social urbana e rural, naquilo que está no capítulo da ordem social, sobra dinheiro, inclusive em tempos de crise.

Em 2015, já se sofreu o efeito da queda da massa salarial, do desequilíbrio das contas resultantes da desoneração da folha, mas também o efeito do crescimento do salário mínimo em valores reais. E houve um crescimento muito grande nos governos Lula e Dilma, exatamente por ter mudado a regra. Há cerca de quinze anos clamávamos por um salário mínimo de 100 dólares. Hoje, nós temos já salário beirando quase 300 dólares. Então, é obvio que houve um crescimento em valores reais. Mas ainda está muito distante daquilo que o Dieese entende e calcula como o mínimo necessário para manter o cidadão, que beira os 3.200 reais, conforme o que deveria garantir o salário mínimo, segundo o que está na Constituição.

Portanto, senhores, para onde é que vai esse dinheiro que sobra? Toma-se quadro, desvincula-se, efetivamente se desvia para garantir a paquidérmica dívida pública brasileira.

Há uma outra coisa que é importante: o governo tem dito que existe rombo na seguridade e existe rombo na previdência, mas, entre tantos sincericídios, um deles aconteceu há poucos dias, quando o Ministro da Casa Civil disse que tem no bolso do colete 88% do Congresso. Então nós não precisamos fazer mais nada. Só são precisos 66% para aprovar a reforma. Então, já está tudo aprovado, já se passou o trator. Mas ele comete algo. Se vocês olharem – quem tiver acesso à internet, vá ao *site* – no site do Ministério da Fazenda, há um perguntão, como é comum na Receita, na Previdência. Tem um questionário sobre assuntos que estão em voga.

Lá, há perguntas e respostas sobre a reforma da Previdência, e a pergunta nº 6 é exatamente esta: de onde vêm os recursos da Previdência Social? E o próprio governo desmente a sua conversa, o seu alarde de rombo. Ele diz que, atendendo e compreendendo o que está na Constituição Federal, as fontes de recursos para o regime geral são as contribuições sobre as folhas; a contribuição sobre a renda bruta das empresas; a contribuição sobre o lucro líquido; e, além de tudo, a do jogo do bicho federal institucionalizado, que é o concurso de prognósticos.

Para vocês terem uma noção, a cada semana que vão a uma lotérica fazer uma fezinha na nossa Loteria Federal, na Quina, na Mega-Sena, na Lotofácil, 18 reais em cada 100 são destinados à Seguridade Social, quase 20% do que se aposta, desse manancial de recursos que são revelados. Sabe quando dizem que alguém ganhou? Essa semana, parece que foi um paraibano que ganhou na Mega-Sena, ganhou 5 milhões. Esses 5 milhões são só 31% do montante arrecadado; os outros 69%, em uma das mais altas cargas tributárias, são para diversos fundos sociais, que são o FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, o Programa Olímpico, o Fundo Penitenciário, o próprio Imposto de Renda, e a seguridade está lá. Então, nós estamos pagando seguridade a cada semana.

E o governo continua. Prestem atenção na resposta seguinte. Ele fala dos regimes próprios de Previdência, que ele mistura com a seguridade social, mas são benefícios que estão compreendidos no capítulo da organização do Estado, nos arts. nºs 40 e 142, em que se diz que os regimes próprios, para se manterem, contam com a contribuição do servidor público ativo, aposentado e pensionista e do ente federativo. Então deve ser retirado do orçamento fiscal e não da seguridade social.

Por sinal, aí há uma jabuticaba – brasileira –, não é? O servidor ativo contribui para a sua aposentadoria, o caso do aposentado até pode se justificar que é para a pensão, mas o pensionista contribui para que, para garantir a porta do céu? Mas é algo que está lá que ainda tentamos mudar.

Então, senhores, esse é mais um sincericídio do governo que desmonta a história do rombo e da mistura da contabilidade criativa que fazem tentando desmentir aquilo que a Anfip comprova há vinte anos.

Portanto, nós temos inúmeras propostas, e propusemos, junto com as centrais sindicais, inúmeras alternativas do lado da receita. Ao invés de vir de imediato com essa ditadura demográfica, condenando, sem nenhum embasamento atuarial, fazendo uma linha de corte para a mulher aos 45 anos e para o homem aos 50 anos... Por que não é aos 52? Por que não é aos 44 para mulher? Por quê? Por que não é dessa forma? Na realidade, nós vemos que não há embasamento atuarial para isso.

Inclusive, fizemos um trabalho junto com o Dieese e com estudiosos, em que se analisou todas as projeções constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 a 2016. Lá, tem junto com cada proposta orçamentária a projeção atuarial para os regimes próprios e o regime geral. Analisou-se 2002 com o que se tinha projetado para 2012, 2003 com 2013, e assim por diante. Constatou-se que em nenhum ano houve acerto na previsão, inclusive houve erros grotescos. Esse documento já está lançado, está no *site* do Dieese, na plataforma social, e no *site* da Anfip. Foi lançado só o *e-mail* digital, mas efetivamente comprova o quão errados são os nossos economistas e projetadores dos desequilíbrios. Como é que vamos acreditar – como o governo tem ameaçado – que em 2060 teremos um rombo de não sei quantos bilhões?

Então, senhores nós temos, já caminhando para conclusão, algumas propostas rápidas. Nós temos que revisar as desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha. O governo progressista permitiu isso, mas não colocou, na lei, contrapartidas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou lhe conceder mais três minutos para encerrar.

SR. VILSON ANTÔNIO ROMERO – Obrigado, nobre Deputado.

Desonerou a folha, mas não exigiu contrapartidas; não exigiu que se mantivessem os níveis de emprego, não exigiu que houvesse crescimento de registro de carteira.

Logo que começou a crise, os primeiros setores a desempregar foram o setor têxtil coureiro calçadista e outros, que foram os primeiros desonerados.

Nós temos que revisar as isenções previdenciárias, não só para entidades filantrópicas, mas nós temos que revisar o que se faz de esmola com o chapéu alheio na Previdência: incentivam-se inúmeros setores da economia com formas diferenciadas de contribuição com isenção da cota patronal etc. Esse dinheiro, às vezes, volta para o cofre do INSS, mas nem sempre. Então, há incentivos para pequena e microempresa e para o agroexportador rural, desoneração sobre a folha, filantropia na área da assistência social, saúde e educação.

Só na LDO de 2017, há a previsão de 60 bilhões de renúncias previdenciárias. Que sistema deficitário, que rombo é esse que permite fazer essa esmola com o dinheirinho dos aposentados?

Temos que alienar, obviamente, os imóveis em desuso na Previdência Social. O Secretário Gabas sabe muito bem o quão difícil é isso, mas ainda há cerca de 6 mil imóveis que consomem – O INSS é uma grande imobiliária – os que estão em desuso. São 17 milhões, quase 20 milhões ao ano em condomínio, em impostos e em manutenção. Vinte milhões do dinheiro que é para pagar a aposentadoria.

Nós apresentamos emenda agora na PEC – obviamente, nós temos, também, que fazer a luta estratégica – para que não se aplique mais a DRU sobre as contribuições sociais. É importante. A DRU tem tirado dinheiro. Cinquenta e oito bilhões, chegou a sessenta e quatro bilhões em 2015. Temos que cobrar a paquidérmica dívida pública, a dívida ativa previdenciária.

O então Secretário Gabas revelava, por ocasião do relatório do Fórum Nacional do Trabalho, Emprego e Previdência, ao fim do Governo Dilma, que havia 374 bilhões de reais de dívida ativa previdenciária. Por mais que a Procuradoria revele que há 70 bilhões desses de recuperabilidade remota, ainda há muito dinheiro para buscar. Por que só se recupera menos de 1% desse montante a cada ano? Isso que a dívida hoje, na Comissão Especial, a Procuradora que estava lá revela que ela tem um crescimento de quase 30% ao ano. Semana passada revelaram que os quinhentos maiores devedores da Previdência tinham um montante de dívida de 400 bilhões! Isso é dinheiro do aposentado. Temos que buscar esse recurso.

E, por fim, temos que melhorar a fiscalização da Previdência Social. Em 2007, quando se extinguiu a Secretaria da Receita Previdenciária e se uniu com a Receita Federal, havia 4.180 auditores fiscais da Previdência Social voltados ao combate a sonegação das contribuições previdenciárias. Hoje, só dentro da Receita Federal há cerca de novecentos. Mudou-se a forma de trabalho, parou-se de combater a inadimplência porque a inadimplência se auto declarava através de GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, mas ainda é muito pouco, Senhores.

Então, Senhores, há uma série de medidas dessas que nos trazem para debater, como a Anfip aqui, e estamos à disposição. Estamos abertos a todos os fóruns que queiram e, trazendo essa contribuição a esta comissão, agradeço a possibilidade de ter participado e um grande abraço a todos.

Muito obrigado, Deputado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Sr. Vilson Antônio Romero.

Pessoal, a companheira Carmem, da CUT, não pôde chegar até agora, eu queria, até numa homenagem a essas guerreiras e guerreiros, mas são as guerreiras que estão mais mobilizadas na greve dos professores, chamar uma companheira professora para compor aqui a Mesa com a gente.

Luciana Custódio, venha para cá. (Palmas.)

Pessoal, nós estamos fazendo esse debate muito importante e acho que uma coisa que não podemos em hipótese nenhuma deixar de registrar é que eles deram um golpe parlamentar midiático, com apoio do Judiciário, para fazer o que estão fazendo! É para isso que eles deram o golpe. E agora, de certa forma, os sustentáculos do golpe estão recebendo o retorno financeiro. Você pega boa parte dos chamados analistas econômicos hoje e eles não são analistas, são lobistas no meio de comunicação para defender determinados segmentos.

Eu vejo, Ministro Carlos Gabas, e V.Exa. já vai falar, o negócio brutal onde se pega, por exemplo, o terrorismo que eles estão fazendo, a ameaça que eles estão fazendo à sociedade. Antes de vir para cá, Gabas, eu estava lendo notícias que saíram hoje, e é mais uma em que eles vão dizer: "Não, porque não deu tempo ainda de fazer a reforma, então vamos aumentar a Cide". O que é a Cide? A Cide é um negócio chamado Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico, que se cobra através da gasolina e do óleo diesel. O Presidente Lula já tinha zerado isso. Zerou a Cide. Porque a Cide aumenta exatamente os custos para o povo pagar.

O transporte no Brasil é feito através de transporte rodoviário. Eu dizia há pouco, estou escrevendo um artigo que fala isso, que você gasta desde o grande transportador que vai lá buscar os produtos, até o feirante que pega uma Kombi para levar a alface, a galinha, o bode na feira. Todos nós vamos pagar por isso! E eles estão debitando na conta de não fazer a reforma.

Portanto o que essa gente está fazendo, essa ameaça que fazem para a sociedade, do meu ponto de vista não tem outra saída a não ser a gente continuar denunciando o golpe e ir para as ruas e tirar o golpista. Eu dizia ao Senador Pimentel que essa reforma é tão terrível que não tem emendas! Não dá para emendar isso. Ela é podre! E o que é podre não tem conserto, portanto tem que ser outra discussão a respeito de reforma previdenciária no Brasil, se é que querem fazer com seriedade!

Concedo a palavra ao querido amigo e companheiro Ex-Ministro Carlos Gabas.

SR. CARLOS GABAS – Bom, primeiro, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure, que esteve conosco até agora há pouco, agradeço o convite e a oportunidade de falar aqui para vocês sobre a proposta de desmonte da Previdência Social, que foi mandada ao Congresso Nacional.

Agradeço também e cumprimento meu amigo companheiro José Pimentel, com quem tive o prazer e honra de trabalhar no Ministério da Previdência; quero cumprimentar o Clóvis, que é um companheiro que também acumula conhecimento bastante relevante a respeito dos dados econômicos e dos dados sobre a Previdência Social; o Vilson Romero, Presidente da Anfip; a Luciana, do Sinpro, com quem eu já tive a oportunidade de debater.

Vou discorrer aqui não mais em cima de números, porque os números foram colocados, vocês têm acesso na *internet* e tudo mais.

Eu tenho rodado este País falando sobre o quanto é cruel essa proposta de reforma da Previdência, mas abordando um aspecto que não é só econômico. Claro que tem o aspecto econômico, e as pessoas perguntam o seguinte: "Gabas, você está lá na Previdência há 31 anos, você já foi ministro do Lula, ministro da Dilma; de fato, a Previdência tem problema?". E a resposta que eu falo é a seguinte: "A Previdência tem desafios, como em todo país do mundo". Nós temos uma transição demográfica, as pessoas estão vivendo mais, estão envelhecendo, reduzindo a quantidade de filhos por mulher, isso nos impõem desafios. Embora, de forma alguma, de maneira alguma, possamos concordar com enfrentar esses desafios retirando diretos. Fazer uma modernização da Previdência, fazer um processo de modernização, de ajuste de regras, não pressupõe retirar direitos, não pode pressupor retirar direitos. E o que este governo faz não é com o objetivo de equilibrar as contas. O Pimentel mostrou isso agora há pouco os números.

Nós tivemos durante vários anos superávit sucessivos na Previdência urbana. O que é que aconteceu então, da noite para o dia? Eles dizem que ela tem um déficit estrutural. O que é um déficit estrutural? Oriundo, decorrente da estrutura equivocada, que eles dizem que é equivocada, de financiamento e de pagamento de benefícios. Posso garantir para vocês: não existe déficit estrutural, o nosso sistema de proteção social é um dos melhores do mundo, não é só aqui da América Latina e tudo mais. Não é! Nosso sistema é o que tem o maior grau de proteção aos vários segmentos da sociedade. Ele combina previdência contributiva, com cálculo atuarial, proteção assistencial, proteção ao homem do campo – ao homem do campo, à sua família, às mulheres, aos filhos – com contribuição sobre a produção, e combina os regimes gerais dos Estados, Municípios e União, e a previdência complementar, que é optativa, privada. A gente combina isso tudo e funciona!

Porém, na nossa concepção é importantíssimo que haja uma rede de proteção social que seja capaz de proteger, especialmente, o mais pobre. É aí que eles atacam. Então dizem que tem um rombo que é incontrolável. Qual é o rombo? Qual é a origem do rombo? Digam para nós, provem para nós! O Pimentel já disse aqui que vai ter uma CPI lá no Congresso Nacional que vai colocar luz em cima desse assunto, vai mostrar os números. E nós precisamos saber os números, porque não existe um descontrole na despesa, existe uma queda na arrecadação! E por que existe uma queda na arrecadação? Porque vivemos uma crise econômica, potencializada por uma crise política, que eles criaram. Então, devagar. Não tem um descontrole na despesa, o nosso modelo é adequado. Por que eu digo que ele é adequado? Porque é o modelo capaz de proteger o cidadão do nosso País. Nós não temos que importar modelo da Europa, da Alemanha, dos Estados Unidos, de qualquer outro país. Nós não queremos importar modelo! Nós temos o nosso modelo construído ao longo de muitas lutas, de muita reivindicação, que na Constituição de 88 foi consolidado no conceito de seguridade social. É esse que temos que defender.

Então, nós temos preocupação, sim, com a sustentabilidade. Tem desafio para ser encontrado, para ser superado. Como é que você supera esse desafio?

Não se faz nenhuma mexida na Previdência Social sem discutir com os trabalhadores, sem discutir com a sociedade, sem trazer trabalhadores rurais para a mesa, sem trazer empregadores para a mesa, sem trazer aposentados para a mesa.

Nesse período todo, nós fizemos alguns ajustes, é verdade. Fizemos em 2003, fizemos em 2012, fizemos o fórum em 2007 e fizemos o fórum em 2015. Então, o nosso método é diferente do deles, nós queremos debate, queremos discussão e queremos encontrar soluções para os problemas. Agora o que está em jogo, gente, é preciso ficar bem claro isso, não é a sustentabilidade da Previdência Social, o que está é jogo é se o Orçamento da União vai servir para proteger o cidadão mais pobre, o trabalhador rural, o deficiente e o idoso pobres, ou se vai servir para financiar o capital especulativo dos rentistas. Esse é o pano de fundo dessa discussão. Já admitimos que temos desafios; ora, vamos encontrar saídas para os desafios, mas não dizer que há um rombo e não discutir o outro lado da moeda. A previdência, a seguridade tem dois lados: o financiamento e a despesa. Eles não falam do financiamento. Aqui o Vilson, que acabou de sair, ele falou das dívidas que não são cobradas. Eu venho falando isso há muito tempo, e foi matéria hoje de vários jornais e *blogs* que nós temos na Previdência só quase 500 bilhões de reais. Ora, como se fala em retirar direito, se há dever de casa para fazer? Que é cobrar quem deve.

A dívida toda das empresas com a União, os créditos da União chegam a 2 trilhões e 500 bilhões de reais. Vamos cobrar essa dívida. Não, é mais fácil retirar direitos de pobre. Nós não podemos concordar com isso em hipótese nenhuma. Por isso, essa PEC não pode ter emenda. Não existe emenda em uma coisa ruim, porque ela vai continuar ruim. Nós temos de recusar a PEC. Quer discutir saída? Vamos debater na mesa com transparência, colocando os números, ouvindo a sociedade, aí nós topamos. Mas não é essa a intenção. O que nós precisamos entender, de uma vez por todas – a maioria de nós aqui entende, mas a sociedade não está atenta para o que está em jogo nesse País: a reforma da Previdência, a reforma do ensino médio e a reforma trabalhista. Elas não caíram do céu. Elas não vieram num contexto de que está se fazendo a reforma para equilibrar a Previdência. Bobagem! Não é isso. Essas reformas vêm num contexto de uma elite que governou esse País desde que Cabral botou o pé na areia, e se sentiu incomodada, e se sente incomodada até hoje, porque em 2002, um cidadão nordestino, retirante, que eles chamavam de analfabeto, metalúrgico, ganhou a eleição nesse País. E fez o melhor governo que esse País já viu. Sabe por que ele fez o melhor governo? Quem viu o discurso do Lula ontem na Avenida Paulista? Aliás, quero saudar os trabalhadores e as trabalhadoras pelo enfrentamento a essa reforma que está sendo feito no dia a dia, especialmente ontem. Em especial as professoras e os professores, porque tiveram a coragem de decretar uma greve, por tempo indeterminado, para enfrentar esse conjunto de medidas que retira direitos da sociedade.

O discurso do Lula ontem dizia o seguinte: "Basta que um governante governe para o seu povo, para a sua gente." E foi isso o que ele fez desde 2003. Eu poderia ficar a tarde toda aqui citando políticas sociais criadas pelo Presidente Lula e continuadas pela Presidenta Dilma. Há um sem-número delas. Eu ficaria aqui o tempo todo dizendo sobre as políticas sociais, e todos nós aqui as conhecemos. Quando Lula cria o Luz para Todos, que leva energia elétrica para pessoas que estavam no século passado; pouca gente sabe o que é viver sem energia elétrica. Criou o Minha Casa Minha Vida, incentivou o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que tinha 2 bilhões de financiamento e passou para 40 bilhões. Criou o Programa de Aquisição de Alimentos, que ajuda na comercialização da produção do trabalhador rural, especialmente da agricultura familiar. Criou o Minha Casa Minha Vida, o PROUNI – Programa Universidade para Todos, o FIES – Programa de Financiamento Estudantil, o Ciência sem Fronteiras. A gente ficaria aqui o tempo todo dizendo os benefícios dos programas sociais; e é isso que irrita a elite. Eles não têm vergonha de dizer, eles não têm.

Subiu um Deputado lá outro dia e disse: "A partir de agora..." Quando o Temer assumiu, o primeiro discurso dele foi "Acabou o bolsa-vagabundo." Olha como eles lidam com um programa social que é fundamental para manter o mínimo para as pessoas pobres. "Acabou o bolsa-vagabundo. Acabou a farra do dinheiro público jogado para a população." É assim que eles entendem, porque eles tiveram o privilégio de utilizar os recursos da União durante centenas de anos para eles. O que está em discussão hoje é a disputa pelos recursos do Estado brasileiro, se eles são para o povo brasileiro ou se são para meia dúzia.

Relatório recente que ouvi nos jornais mostra que seis famílias, seis pessoas de seis famílias detêm a mesma riqueza que 100 milhões de pessoas. Seis pessoas têm a mesma renda que metade da população brasileira. Nosso País está doente ou não está? É um país que concentra renda ou não? O remédio contra a concentração de renda é exatamente o que o Lula e a Dilma fizeram: distribuição de renda. É isto que os irrita: sobra menos para eles acumularem. É isso que nós temos que enfrentar, é o debate que temos que enfrentar. A renda tem que ser de quem produz, não de quem especula. As medidas vêm para garantir essa concentração de renda. Mesmo na reforma da Previdência, jogam recursos para a iniciativa privada, além do mais cruel, que é desproteger a população. Esse conjunto de políticas foi estabelecido, criado e consolidado com muitos anos, décadas de luta dos trabalhadores. Não podemos permitir, e já demos demonstração ontem de que não vamos permitir a retirada desses direitos.

Eu quero complementar o que o Vilson disse. Ele disse que nós não devemos votar nos deputados que votarem a favor da reforma. Eu quero corrigir, eu acho diferente. Nós não devemos deixá-los votar a favor da reforma. Nós sabemos o nome e o endereço de cada deputado. Temos que fazer plantão embaixo dos apartamentos, nas casas, erguer faixas e dizer: não aceitamos o voto pela reforma. Tem que ir para cima, tem que fazer marcação cerrada, porque depois que votar, não tem volta. Não adianta você dizer: "Está bem, você vai me ferrar? Eu não voto

em você depois". Não! Nós não queremos é o voto a favor da reforma. Não podemos deixar desmontarem a Previdência, temos que ser proativos. E nós sabemos fazer isso, gente! Nós, dos movimentos de esquerda, dos movimentos progressistas, dos movimentos populares sabemos fazer isso. Quem esqueceu, é só relembrar. Tem nome, tem endereço. É fácil, fazer pressão é fácil. Precisamos fazer pressão, não podemos deixar os caras votarem.

Contra essa nossa tese, tem toda uma mídia golpista que vocês conhecem. Uma mídia que passou décadas, e desde que o Lula ganhou a eleição, eles vêm tentando desconstruir a imagem do Lula, a imagem da Dilma. O golpe não foi só contra a Dilma. Ele foi misógino, preconceituoso, racista, e foi contra um projeto político, um projeto de país que é diferente do deles. O projeto de país deles são os recursos da União para meia dúzia. O nosso projeto de país é o dinheiro da União para a sociedade brasileira, especialmente para quem mais precisa. Essa é a grande diferença. Eles conseguiram ao longo desse tempo colocar ódio na cabeça das pessoas.

Eu quero chamar atenção para isto: o povo brasileiro não é um povo que tem ódio no coração, gente. Nós não somos um povo que prega o ódio. Sabemos que existe luta de classe, sempre existirá. Temos que ter isso na cabeça, mas a luta de classe não pressupõe ódio de classe. Eu não preciso desejar que meu adversário morra amanhã, e o que eles estão fazendo é isso a cada dia. É sem pudor, sem nenhuma vergonha.

Quem não viu na Avenida Paulista, nas manifestações pelo *impeachment* da presidenta legitimamente eleita Dilma Rousseff, quando uma moça lá abre um cartaz que diz: "Dilma, desgraçada, a minha mãe não consegue arrumar empregada doméstica porque tem que pagar direitos trabalhistas". Olhem o grau de preconceito absurdo. Por quê? Porque a elite quer um monte de escravo dentro de casa até 10h, 11h da noite, servindo os bacanas, botando coisa na mesa dos bacanas, e no outro dia, 6h da manhã, de novo servindo a mesa dos bacanas, sem receber. Quer serviço? Pague. Pague décimo-terceiro, pague salário, pague hora extra. O que não pode é ter escravo dentro de casa.

Quando a presidenta Dilma igualou o direito das domésticas aos trabalhadores urbanos normais, aos demais trabalhadores, houve uma grita: "Vai acabar o emprego doméstico". Que acabe! Quer empregado? Pague um salário decente, pague os direitos decentes. Por que eles querem um exército de desempregados? O pleno emprego não serve a eles, porque não tem possibilidade de reivindicação. Cai o poder de barganha dos trabalhadores quando você tem um exército de desempregados. A elite luta para se manter no poder com as benesses do poder, com os recursos que são pagos por nós. Dizer que quem paga imposto é a elite, isso não é verdade. O Brasil é um dos únicos países do mundo onde não há cobrança, não há incidência de imposto de renda sobre distribuição de lucros e resultados. O trabalhador que ganha acima de 1 mil e 900 reais paga imposto de renda. Um salário de 1 mil e 900 reais é exorbitante? Não é. Mil e novecentos contos

dão mais ou menos para você se manter, a depender de onde você mora, mas paga imposto de renda. Quem ganha 100 mil reais de distribuição de lucros não paga imposto de renda, e nós vamos tirar direito de trabalhador rural?

Nessa reforma, é difícil dizer o que é mais cruel. É cruel com as mulheres, porque nossa sociedade é machista, não trata homens e mulheres de maneira igual nos seus afazeres, nas suas responsabilidades. A mulheres trabalha em média – o Clóvis tem esses números – de oito a dez horas por semana a mais que os homens. Tem que haver tratamento diferenciado, sim, na regra. Claro que tem.

Dizem que os trabalhadores rurais não contribuem. Não contribuem uma ova! Contribuem com a comercialização daquilo que produzem. Não fosse só isso, eu ainda defenderia que não tivessem de pagar nenhuma contribuição. Eu defenderia a proteção do trabalhador rural. Sabem por quê? Engana-se quem acha que o que a gente come vem do latifúndio. O nosso alimento vem das pequenas propriedades. Mais de 70% do que a gente come vem das pequenas propriedades. Se não fosse só cruel a medida de desproteger o homem do campo, mas ela também é burra porque quem produz o que a gente come é o homem do campo.

O que nós temos que fazer é proteger mais o homem do campo, ampliar a proteção, ampliar os benefícios e as condições de vida do homem do campo, como fizemos nos nossos anos de governo. Fizemos acordos com a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; com a FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar; com os sindicatos rurais, para que a gente pudesse cadastrar as famílias e elas tivessem acesso aos seus direitos previdenciários de forma mais rápida. É isso que nós temos que fazer, não desproteger.

Dizer que a trabalhadora rural, o trabalhador rural tem que contribuir mensalmente, individualmente – não mais por grupo familiar –, para a Previdência Social durante 25 anos para ter aposentadoria, é o mesmo que dizer que acabou a aposentadoria da trabalhadora e do trabalhador do campo. É isso que eles estão propondo. Para as professoras e professores, a mesma coisa. Não é possível exigir que um trabalhador fique, no mínimo, até os 65 anos para se aposentar. Sabem por quê? Porque o Brasil é um país desigual, é um país-continente.

Fala-se que a média de expectativa de vida no Brasil é de 72, 73 anos. Isso é média, significa que engloba vários estados do País. Não é preciso ir longe, aos estados com mais dificuldade, não. A cidade de São Paulo tem vários bairros cuja expectativa de vida não chega a 65 anos. Nós estamos condenando esses trabalhadores e essas trabalhadoras a nunca se aposentarem, apesar de contribuírem todo mês.

Nós estamos dizendo o seguinte: não aceitamos uma reforma imposta goela abaixo, que retira direitos, desprotege e joga na rua da amargura a grande maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores deste País. Nós não aceitamos. Queremos a retirada dessa PEC imediatamente. É importante que esta Casa, Deputado Chico

Vigilante, aprove moções. Eu quero ver qual Deputado Distrital vai dizer que é a favor da reforma, pois ele vai pedir voto no ano que vem, para voltar a esta Casa. Eu quero ver quem é o vereador de câmara municipal que vai fazer isso.

Nós temos feito várias audiências públicas. Eu participei ontem, em Belo Horizonte, da grande marcha de mais de 150 mil trabalhadores e de uma audiência pública de rua. Não dava para contar o número de trabalhadores que havia na audiência. Ela foi em praça pública porque não cabia em nenhum lugar. Nós tratamos desse assunto e estamos chamando a atenção dos vereadores, dos deputados estaduais e distritais para aprovarem moções contra a reforma.

Nós da sociedade organizada e dos sindicatos, as trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, as professoras e os professores, precisamos fazer vigília na frente da casa, nos locais de trabalho, na base desses deputados. Eu quero ver quem vai ter coragem de defender uma proposta tão cruel contra os trabalhadores, especialmente os mais pobres.

Por isso, Deputado Chico Vigilante, nós precisamos cada vez mais levar esse conjunto de propostas, esclarecer sobre esse conjunto de propostas, que não é reforma da Previdência, é desmonte da Previdência pública, é desmonte de um conjunto de políticas construídas com suor das trabalhadoras e dos trabalhadores. E, contra esse processo, só mobilização, assim como, para a gente restabelecer a democracia neste País, só eleição direta.

Eu tenho absoluta convicção de que, a partir de 1º de janeiro de 2019, nós aqui subiremos a rampa do Palácio do Planalto junto com Luiz Inácio Lula da Silva.

Um grande abraço. Obrigado, Deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, companheiro Gabas.

Quero registrar as seguintes presenças: Moacyr Martins, Diretor do Sindical; Flauzino Antunes, economista do Sindecon-DF; Clerton Evaristo, professor e Coordenador do Fórum Distrital de Educação; Maria do Carmo, professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Eliceuda França, Diretora do Sinpro e moradora da Ceilândia – antigamente, de vez em quando, ela me convidava para comer umas tapiocas e nunca mais chamou –; José Maria Barbosa de Jesus, professor de atividades, Ceilândia; Fábio Medeiros, Presidente do Sindetran/DF; Joana, professora; Letícia Vieira Montandon, Diretora do Sinpro-DF. Daqui a pouco eu vou registrar mais nomes. Antes, quero registrar a presença de um companheiro por quem temos o maior apreço, o companheiro Apolinário, que foi Presidente do PCdoB aqui nesta cidade, o PCdoB de velhas lutas. Todo mundo junto aí, e você sempre esteve em todas as lutas junto conosco, Apolinário. Muito obrigado pela sua presença.

Registro também a presença do Hermano, que foi Secretário de Desenvolvimento do Distrito Federal no governo Agnelo.

O Pimentel teve que sair. Para o lugar do Pimentel, para equilibrar um pouco aqui a Mesa, eu queria convidar uma trabalhadora rural sem terra para vir aqui à Mesa. Falta mulher nesta Mesa. Não fui eu que montei a Mesa. Achei-a meio desequilibrada.

Passo a palavra imediatamente ao nosso companheiro, amigo, Coordenador-Adjunto do Dieese, Clóvis Scherer.

SR. CLOVIS SCHERER – Obrigado, Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante. Excelentíssimo sobretudo pela luta, pelo companheirismo, pela liderança que exerce junto aos trabalhadores. Com V.Exa., nós temos uma parceria de longa data. Quero cumprimentar também aqui o companheiro Carlos Gabas, com quem temos debatido as questões da Previdência. A companheira Luciana e o Sinpro em geral, quero parabenizar por essa luta que estão realizando.

Tive a oportunidade de ir a duas escolas discutir a questão da Previdência com os professores e professoras nessa última semana. Foi uma experiência gratificante poder fazer esse debate na base sindical e ver com os companheiros como é que essa reforma vai atingir duramente a classe trabalhadora.

Quero também cumprimentar aqui a nossa companheira dos trabalhadores rurais sem terra. Também tive a oportunidade de debater o assunto com o pessoal do MST e com o pessoal da Via Campesina. Eu acho que há engajamento, que nós vimos na rua no dia de ontem. É fundamental a presença dessas categorias e da classe trabalhadora como um todo.

Eu acho que, do ponto de vista do tema, as questões gerais foram abordadas de maneira muito apropriadas tanto pelo Senador Pimentel quanto pelo Vilson Romero e pelo Gabas. Eu vou me deter a dois temas que eu acho que estão sendo pouco comentados e pouco discutidos em torno dessa reforma. A gente tem falado muito da idade mínima, que vai afastar a possibilidade de aposentadoria para muita gente; da questão da regra de aposentadoria entre homens e mulheres, que é uma medida que acaba afastando as mulheres desse direito à aposentadoria, pelas condições que a gente já conhece; da questão da desvinculação do salário mínimo; do benefício de prestação continuada, das mudanças que estão sendo propostas que tendem a afastar esses benefícios do acesso à população mais pobre; da regra de transição. Enfim, existe um conjunto de temas.

Abrindo um parêntese, até falou-se aqui da questão da idade mínima e da expectativa de vida, mas tem um outro dado importante que eu quero só mencionar aqui rapidamente, que é o seguinte: das pessoas no Brasil que chegam aos 50 anos de idade, 30% não vão viver até os 65 anos de idade. Ou seja, vão morrer antes de atingir a idade mínima de aposentadoria. Não é uma fração pequena, porque a gente fala assim: a pessoa vai chegar aos 65 anos, tem uma expectativa de vida. E quantos já se foram no caminho? Eu estou falando de pessoas que chegaram a essa fase da vida e que estão ali esperando poderem se aposentar já com o corpo

cansado do trabalho e a mente também. Então, essas pessoas não vão ver a sua aposentadoria chegar, porque terão falecido antes, infelizmente.

Eu quero falar da aposentadoria e da proposta de carência contributiva, que é o tempo de contribuição que a pessoa terá que cumprir para se aposentar e que, na proposta de reforma, se está aumentando de 15 para 25 anos – um aumento de dois terços. Isso não é muito comentado, mas é importante a gente saber que hoje nós temos duas formas de aposentadoria: a aposentadoria por tempo de contribuição, que é aquela em que a mulher completa 30 anos de contribuição e o homem, 35, e podem se aposentar em qualquer idade. Essa aposentadoria por tempo de contribuição, no setor privado, representa um terço das aposentadorias. Dois terços das aposentadorias são por idade. É aquela aposentadoria que é concedida à mulher aos 60 anos e ao homem aos 65 anos desde que tenham comprovado contribuição por quinze anos e os trabalhadores da agricultura familiar comprovado tempo na atividade agrícola por 15 anos, que já não é fácil de se conseguir.

Muitas pessoas no Brasil trabalham na informalidade, não têm emprego, não conseguem contribuir por esse longo tempo de quinze anos. Há países, inclusive, que o tempo é menor do que esse. O Japão agora reduziu para dez anos a exigência de contribuição.

Pois bem, a PEC está propondo aumentar de 15 para 25 anos, dois terços a mais, tanto de contribuição para o trabalhador rural, que passa a ter que contribuir individualmente para a Previdência e não simplesmente comprovar atividade agrícola, o que vai colocar uma dificuldade suplementar aos trabalhadores rurais para atingirem a aposentadoria. Porque, segundo a Contag nos alerta, 70% das unidades de produção da agricultura familiar não têm renda monetária suficiente para fazer contribuição previdenciária. Portanto, nós teremos uma profunda exclusão dos trabalhadores da agricultura familiar do acesso à aposentadoria por conta dessa nova forma que está se propondo fazer de contribuição previdenciária.

Então, essa elevação do tempo de contribuição vai afetar os trabalhadores da agricultura familiar e vai afetar todas aquelas categorias que são as mais vulneráveis, que têm empregos mais precários: os trabalhadores da construção civil; os trabalhadores do comércio e dos serviços; as mulheres, que são as pessoas que tem mais dificuldade de manter, ao longo de sua vida laboral, a continuidade de um emprego com carteira assinada ou uma contribuição previdenciária.

Então, são essas as pessoas que estarão sendo afetadas por essas medidas, que estão sendo muito pouco comentadas. Nós temos ficado muito em cima da idade mínima, mas esse dispositivo da PEC é especialmente prejudicial aos trabalhadores.

E, quando a gente fala dos trabalhadores que se aposentam por idade, não pensem que são apenas os trabalhadores do campo. Quarenta e quatro por cento das mulheres do meio urbano que se aposentam no Brasil se aposentam por idade. É

quase a metade. E 20% dos trabalhadores homens do meio urbano também se aposentam não por tempo de contribuição, mas por idade e, portanto, estarão submetidos à exigência de maior tempo de contribuição.

Vejam, dados que foram divulgados apenas recentemente, no Jornal Folha de São Paulo, mostram que, se a PEC estivesse em vigor hoje, 80% das pessoas que se aposentaram por idade, no ano passado, não teriam cumprido os 25 anos de contribuição. Ou seja, 80% daqueles que se aposentam nas condições mais difíceis, com idade mais elevada e tendo percorrido uma vida laboral cheia de percalços, de desemprego, de informalidade, de baixos salários, não teriam se aposentado.

No cômputo geral, isso significa que mais da metade das pessoas que se aposentaram em 2015, se estivesse vigorando essa exigência de 25 anos de contribuição, não teriam conseguido se aposentar. Portanto, é preciso inserir isso no nosso protesto, essa questão, porque essa regra vai excluir uma parcela importante dos trabalhadores do direito à aposentadoria. Por quê? Porque nós temos uma intensa rotatividade no Brasil. A pessoa não consegue permanecer longo tempo no emprego. Em cada cem empregos que a gente tem no Brasil, há a demissão de 43 por iniciativa do empregador, antes de completar um ano. Há uma rotatividade que afeta 43% dos nossos empregos a cada ano.

O desemprego de longa duração. O nosso desemprego dura muito. Só para dar um dado do ano de 2016, em São Paulo, a duração média do desemprego para as pessoas com até 50 anos de idade era de 35 semanas. Ou seja, a pessoa era demitida e, em média, procurava emprego por 35 semanas, antes de conseguir uma nova colocação. Isso, as pessoas com menos de 50 anos. As pessoas com 50 anos ou mais esperavam não 35 semanas, mas cinquenta. Ou seja, se você tem que contribuir por um longo período, enfrentando a rotatividade, quando acontece o desemprego, fica um longo tempo sem poder contribuir. Ou seja, torna mais difícil acumular a contribuição necessária para se aposentar.

E a informalidade? Quando a gente pensa na informalidade, pensa em uma média. Cerca de 45% da população estão na informalidade, ou seja, não têm um emprego com carteira assinada ou não têm um emprego com a contribuição previdenciária. Pois bem. Quando chega na faixa etária de 55 a 59 anos, a informalidade já sobe para uns 45%.

Para as pessoas que têm 60, 64 anos, que pela PEC terão que continuar contribuindo, a informalidade já alcança 67% e vai para cima. Ou seja, à medida que a pessoa envelhece, as empresas não querem mais os trabalhadores, demitem e não contratam pessoas com 50 anos ou mais. Para onde vão essas pessoas? Vão para os empregos informais, que são as alternativas disponíveis ao trabalhador, para garantir uma renda.

Portanto, vai ficar muito difícil para essa pessoa com 50, 55, 60 anos continuar contribuindo para a Previdência e por isso ela vai estar excluída da

aposentadoria aos 65 anos de idade ou à idade que for fixada. Porque não terão acumulado as contribuições suficientes.

Ao mesmo tempo em que o governo eleva a idade mínima, aumenta a exigência de tempo de contribuição e, portanto, coloca a perspectiva de o indivíduo não ter uma renda ao chegar aos 65 anos, ele afasta para os 70 anos a última possibilidade de haver uma renda que proteja o brasileiro da pobreza, que é o BPC – Benefício de Prestação Continuada, concedido hoje no valor de um salário mínimo àquelas pessoas que têm uma renda muito baixa.

Então, qual é o resultado? Nós vamos ter um buraco entre o momento em que a pessoa está trabalhando, que tem uma renda do trabalho, e o momento em que ela vai ter um benefício da Previdência e da Assistência. Esse buraco ocorre por quê? Porque as pessoas perdem o emprego e vão ter que esperar a aposentadoria. Quem não conseguir se aposentar vai ter que esperar cinco anos a mais para ter o último recurso, que é o benefício previdenciário. O Dieese está alertando para a possibilidade de se criar no Brasil o que nós estamos chamando de "hiato de desproteção", ou seja, um buraco, uma falha na proteção dada ao trabalhador entre o momento em que ele não tem mais condições de trabalhar ou não consegue um emprego e o momento em que vai ter uma renda que o proteja da pobreza e da miséria.

Além disso, há outra injustiça nessa proposta. Se uma pessoa trabalha e contribuiu durante 24 anos e 11 meses para a Previdência, ela não terá concluído 25 anos e não vai levar nada de benefício. Ou seja, apesar de ter contribuído durante 22, 23, 24 anos, ela não terá direito à aposentadoria ao chegar à velhice, ao não ter mais capacidade de trabalhar. E para onde vai esse dinheiro? Vai gerar superávit primário, vai gerar recursos para que o Estado os destine aos objetivos que estão sendo pensados pelo governo ou vai estar financiando a aposentadoria de quem teve uma vida laboral melhor, conseguiu um emprego melhor, talvez teve mais estudo e conseguiu completar a sua vida laboral.

Vejam bem, existe um fenômeno que a gente está chamando de Robin Hood às avessas, que vai tirar recursos daqueles que contribuem menos, pouco, que são pobres, que não contribuem porque não querem, mas porque enfrentaram condições mais difíceis no mercado de trabalho para financiar a Previdência de todos nós. Isso não é justo, não é correto. É preciso que alertemos as pessoas para essa injustiça que está sendo feita e que, se for confirmada com a aprovação da PEC, vai causar ainda mais desigualdade no Brasil, afastando, inclusive, os mais pobres de um benefício previdenciário.

Outro ponto que eu queria destacar é o arrocho no valor das aposentadorias. Já foi falado pelo Senador José Pimentel que haverá uma redução de 20%, no mínimo, nos valores de aposentadoria. Por quê? Por uma razão muito simples. Hoje, o patamar básico para se aposentar, para quem se aposenta por idade, por exemplo, e completou os quinze anos de aposentadoria, é começar de 70% da sua média salarial e mais 1% ao ano de contribuição. Então, a pessoa que se aposenta por

idade se aposenta com 85% da sua média de salário. Pela proposta, para se aposentar, vai ser preciso ter no mínimo 25 anos de contribuição, e o cálculo parte de um patamar de 51% mais 1% por ano de contribuição. Ou seja, a pessoa vai se aposentar com 76% da média como patamar básico da aposentadoria. Então, cai de 85% para 76%. Só aí são 9% de redução. No entanto, existem outros mecanismos. O governo propõe uma alteração na fórmula de cálculo da média salarial, que já come mais 4%. Portanto, temos aí, somando os dois, uns 13% de redução.

No entanto, eu fiz um cálculo simulando um trabalhador que recebia três salários mínimos lá em 1994 e que veio tendo reajustes salariais, conforme o mercado, 1% ao ano, mais 1%, digamos, de promoção, e fui calcular como ficaria a aposentadoria desse indivíduo.

Vejam bem: essa pessoa chega, agora, com um salário de mais ou menos 2 mil e 300 reais. Pelas regras hoje em vigor, a aposentadoria desse trabalhador seria em torno de 1 mil 870 reais, ou seja, de uma renda de 2.300 que ele tem no trabalho, ele se aposentaria já com 1.870. Vai perder um pouco, mas ele diz assim: "Eu me acomodo, porque eu não tenho tanta despesa agora que eu estou aposentado".

Pois bem, pela regra da PEC, o valor da aposentadoria seria de 1 mil 531 reais, ou seja, perderia aí mais 340 reais da sua renda e, em relação à renda que ele tinha no trabalho, perderia 800 reais, ou seja, 18% de redução no valor dos benefícios.

Então, vejam, isso vai acontecer com quem tinha três salários mínimos, mas também com quem tinha dois ou um e meio salário mínimo como renda. Portanto, vai haver uma perda significativa, e isso não vai afetar unicamente trabalhadores do setor privado. Vai afetar também os trabalhadores do setor público que já estejam sob as regras da transição da PEC e que estejam enquadrados já na Emenda Constitucional nº 41.

Portanto, essa perda de valor vai se dar em geral para todos os beneficiários, com reflexos também no valor das pensões, porque o valor das pensões será estipulado com base no valor do benefício de aposentadoria.

Então, vejam, companheiros, eu quero alertar para esses dois pontos, porque é fundamental nós incluirmos também nos debates, na crítica à PEC, esses dois aspectos, que são para mim de fundamental importância. O primeiro deles é muito significativo, porque o grande risco que essa PEC está colocando é o da exclusão previdenciária, é o de fazer milhões de brasileiros não terem mais acesso à aposentadoria no momento em que perdem a capacidade de trabalhar, de ter renda do trabalho. Então eu acho que essa é uma preocupação para a qual eu gostaria de alertá-los aqui.

É claro que nós temos uma avaliação crítica sobre quase todos os aspectos dessa PEC. Talvez aqui ou ali exista um ou outro ponto de que se possa dizer bem, como foi dito. Talvez o combate às desonerações das exportações agrícolas seja o

único ponto que eu vejo que de fato corresponde a uma preocupação de elevar a arrecadação da Previdência, mas no geral essa PEC se baseia numa visão fiscalista de redução dos gastos através do arrocho dos benefícios e da limitação da aplicação dos benefícios a todos os brasileiros. Então fica aqui essa minha avaliação.

Quero dizer, por fim, que os companheiros e companheiras encontram no *site* do Dieese, www.dieese.org.br, não só todo o material que nós estamos divulgando sobre o tema, mas também um instrumento interessante, que é uma calculadora da aposentadoria. Vocês podem calcular, acessando o nosso *site*, como ficaria a aposentadoria nas regras atuais e nas regras da PEC, constatando ali, com os seus próprios dados, como a PEC afasta a aposentadoria, reduz o valor e exige muito mais tempo de trabalho de cada um de vocês. Esse dispositivo está também disponível para *download* e instalação no celular. Quem quiser pode baixar na Play Store, procurando pelo aplicativo Dieese. Vocês vão encontrar a calculadora. É só instalar no celular que vocês podem discutir com os companheiros como de fato a PEC vai afetar a vida de cada um.

Então fica aí o convite, a propaganda, é de graça. E a gente está estimulando o uso desse instrumento porque é importante que cada um pense como exatamente a PEC vai apertar o calo individual, como ela vai rebater no caso específico. Existem as ideias gerais, a crítica geral ao modelo, mas é importante vermos a crítica a partir dos exemplos concretos que se tem.

Bom, mais uma vez parabenizo a realização deste evento. Quero dizer que o Dieese está junto com todos os companheiros e companheiras na luta por uma previdência que proteja o brasileiro, que assegure aquilo que está na Constituição Federal, que é uma vida digna. É termos direito a uma velhice livre da miséria, livre da pobreza, com dignidade para todos.

Muito obrigado. E vamos à luta! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, companheiro Clóvis.

Quero registrar aqui a presença da nossa querida amiga e companheira Meg Guimarães, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Agradeço a presença dos trabalhadores e trabalhadoras do Acampamento Tiradentes e a Federação dos Trabalhadores Rurais do Distrito Federal e Entorno; agradeço a presença dos companheiros e companheiras trabalhadores e trabalhadoras do Acampamento Roseli, de Planaltina; agradeço a presença da Sra. Rosângela Piovizani, que é coordenadora do Movimento de Mulheres Camponesas; a presença da companheira Sra. Maria Ricardina Almeida, Secretária da Mulher do Partido dos Trabalhadores; a presença do Sr. Expedito Braga, Presidente da Zonal do Partido dos Trabalhadores em Santa Maria, o nosso querido Braguinha; a presença do Sr. Jairo Mendonça, Diretor do Sinpro; do Sr. Ediram, Secretário de Imprensa e Comunicação do SAE/DF; da Sra. Sônia Queiroz, Secretária de Mulheres da CUT e do SAE; do Cleber Soares, Diretor do Sinpro.

A companheira dos sem-teto está aqui me chamando a atenção. Muito obrigado por me corrigir. Quero registrar a presença das companheiras e companheiros do Acampamento 8 de Março. Nós queremos que deixe de ser acampamento e se transforme em assentamento. (Palmas.)

Passo a palavra à nossa companheira, Sra. Diretora do Sindicato dos Professores, Luciana Custódio.

SRA. LUCIANA CUSTÓDIO – Boa tarde a todos e todas.

Quero cumprimentar a Mesa em nome da companheira Edineide Rocha, que representa os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Temos profunda admiração por construirmos trincheiras juntas na luta. O MST, o MTST são nossa referência na disputa do território curricular, que traz para o centro do currículo o debate do trabalhador e da trabalhadora, e do que tem significação direta com a sua vida.

Este é o verdadeiro currículo que tanto Miguel Arroyo defende: o currículo ser vida. É o currículo ser o caminho, a trajetória. E esse é o grande desafio para nós professores e professoras, que não temos ainda atingido esse patamar da educação do campo, mas com certeza estamos no caminho de construir uma educação cada vez mais emancipadora, libertadora, que é sempre a nossa referência.

Não vou falar aqui por vinte minutos, até porque temos reunião do comando de greve daqui a pouco. Eu também não vou centrar aqui uma fala em destrinchar os efeitos maléficos da reforma da Previdência, porque os que me antecederam fizeram isso com muito maestria. Vou centrar o meu debate aqui muito rapidamente, com uma fala muito rápida, mas política, no momento que estamos vivendo: a categoria da educação está em greve no Brasil inteiro, e esse é o principal desafio.

Ontem iniciamos uma greve nacional com a pauta central da contrarreforma da Previdência. Estávamos em manifestação, com a ocupação do Ministério da Fazenda, em um ato belíssimo. Estivemos juntos com os trabalhadores e trabalhadoras rurais e com outras categorias. Algumas centrais sindicais também estavam presentes – quero fazer referência a isso.

Quero dizer para vocês que estamos vivendo um período – não é novidade isso – muito duro, muito difícil, que vai requerer de todos nós muita unidade na luta. Está na hora de pegarmos as bandeiras que nos dividem e nos apegarmos a uma bandeira só, porque essa luta é de classe, essa disputa é de classe, é nisso que temos que centrar o nosso esforço. Não está no momento de potencializarmos o que nos divide, mas de potencializarmos o que nos unifica.

Ontem a categoria de professores e professoras, de orientadores e orientadoras do Distrito Federal, enquanto estava em ato contra a reforma da Previdência – que não é uma pauta só da classe trabalhadora, mas é uma pauta de toda a sociedade, porque diz respeito a jogar por terra direitos sociais básicos –, deparou com uma deliberação arbitrária do Governador de Brasília, que está ameaça os professores de contratos temporários com a demissão de todos que estivessem na greve.

Saímos do ato para uma reunião de diretoria. Hoje, nas reuniões do comando de greve das quatorze regionais, deliberamos a eleição do comando regional e seguimos direto para o gabinete do Secretário de Educação. Fizemos lá uma ação extremamente propositiva e exigimos do Secretário de Educação a revogação imediata da circular que ameaçava o direito de greve dos professores e professoras de contrato temporário, e conseguimos fazê-lo.

Companheiros e companheiras, uma salva de palmas para esses bravos e bravas companheiras, porque essa foi a nossa primeira grande vitória desta greve. (Palmas.)

Podemos sair desta greve, como já saímos de vários momentos de luta, de bolso vazio, mas não vamos desistir e não vamos nos furtar a fazer a luta, porque essa categoria sabe resistir bravamente e com dignidade. Vamos fazer a disputa da narrativa da crise, que o tempo inteiro quer colocar na cabeça dos nossos colegas professores, na perspectiva de desmobilizá-los a entrarem no movimento, o discurso da crise.

Companheiros e companheiras, não há rombo na Previdência. Nós temos trabalhado isso muito na perspectiva da formação política. Gabas e Clóvis já estiveram conosco na formação. Nós já tivemos, durante a última semana, grandes debates em Planaltina, Gama, Taguatinga, Plano Piloto, Brazlândia. Em uma semana, tivemos 690 assinaturas de participações nesses debates. Foram 690 pessoas que saíram empoderadas da narrativa de que não há rombo na Previdência.

O que nós precisamos fazer é uma formação política e tornar essa pauta legítima na comunidade, porque essa pauta é de todos nós. É isso que nós precisamos fazer, a partir daqui, com mais competência, porque a *Rede Globo* está o tempo todo na casa das famílias convencendo-as de que há rombo na Previdência.

Então essa greve – já para tentar ser mais propositiva e para também agregar à pauta que nos move a construir a luta da nossa categoria, em Brasília – tem uma pauta legítima: é a pauta nacional contra a reforma da Previdência, mas é também a nossa pauta pelo cumprimento da lei do Plano Distrital de Educação. É a Meta 17: isonomia salarial com a média das carreiras de nível superior. É lei. O Governador tem que cumprir a lei. É mentira deste Governador que Brasília está vivendo uma crise financeira.

Ontem eu fiz uma entrevista ao vivo na *Transamérica*. O tempo inteiro, dois jornalistas tentavam desqualificar nossa greve, inclusive usaram o argumento: "Mas como vocês vão fazer greve? Com quem os pais e as mães dos alunos irão deixar os alunos para irem trabalhar?" Não somos cuidadores, somos professores, somos profissionais. A escola não é creche. Não estou desmerecendo o local que é creche, mas a escola é um espaço, é um local de trabalho, e somos profissionais. A escola não é depósito de alunos. A nossa greve é legítima.

Qual é o trabalhador, qual é a trabalhadora que não constrói na sua trajetória uma perspectiva de, no mínimo – no mínimo! –, ter uma recomposição

salarial sem perda, de acordo com a inflação? Nós estamos há dois anos sem reajuste salarial. Nós estamos com déficit do reajuste do tíquete-alimentação.

E Brasília não está em crise, não, companheiros e companheiras. O próprio Governador Rolemberg anunciou, no *site* oficial do governo, que de 2015 para 2016 Brasília teve aumento de arrecadação de mais de 1 bilhão. Foi o governo que anunciou isso. Os estados podem comprometer de 0 a 200% de forma que não tenham responsabilidade no limite prudencial. Obviamente não queremos Brasília superendividada, com 206%, 209%, quase 200%, mas, no ranqueamento de dívida, pasmem, Brasília está em penúltimo lugar, com 14,6%, e só perde para o Pará. Onde é que Brasília está endividada para que esse governo incompetente não cumpra com os acordos coletivos das categorias?

O que há do Governador é uma atitude deliberada de Estado mínimo, é uma concepção neoliberal, e, principalmente, uma atitude de não valorizar a carreira da educação, não valorizar a nossa categoria. Mas nós estamos na luta. E só sairemos dela quando tivermos a certeza de que conseguimos construir a unidade e conseguimos enfrentar com resistência esse cenário extremamente adverso e atípico. Precisamos, cada um e cada uma aqui, convencer cada colega que está lá na escola. Como diz a música, "um mais um é sempre mais que dois!". E é isso. Vai ser esse o nosso grande desafio a partir daqui.

Nós precisamos estar juntos nas nossas agendas. No *site* do SINPRO – Sindicato dos Professores no Distrito Federal, está a nossa agenda de mobilização. Não vamos ficar em casa, não vamos fazer greve para ficar em casa. Nós precisamos fazer greve na luta, porque não vamos nos sentir sozinhos, não vamos nos sentir isolados. Estando juntos, nós percebemos essa causa como uma causa coletiva. Ela não é uma causa isolada.

Hoje pela manhã o comando de greve foi eleito. Sairemos daqui para a reunião do comando de greve, para que este comando construa a primeira agenda de mobilização da nossa greve. Não será uma greve fácil. Nenhuma greve é fácil, mas essa greve é extremamente atípica porque é uma greve em que nós temos que romper o tempo inteiro com uma narrativa de crise que está sendo colocada.

O Govenador introjetou na gente uma política de terrorismo. "Ora, nós vamos trabalhar, que bom que eu recebi o meu salário!" "Que bom que eu recebi o meu décimo terceiro com quatro dias de atraso, mas pelo menos recebi." "Ufa, fiquei aliviado porque recebi meu 1/3 de férias!" Essa é uma atitude covarde e nefasta de colocar para a gente, como algo positivo, uma obrigação do governo. Nenhuma trabalhadora e nenhum trabalhador trabalha sem a perspectiva de receber o básico, que é o seu salário. Mas ele vem, há dois anos, introjetando, de forma subliminar, essa prática de nos sentirmos aliviados de receber o salário para que não tenhamos força de lutar para ampliar nada. E nós vamos lutar para ampliar as nossas conquistas e os nossos direitos. Esse é o nosso desafio. Vamos, sim, lutar para manter o que já conquistamos até aqui. Vamos, sim, mas o nosso grande desafio, também, é lutar para ampliar. E quebrar esse discurso da crise.

Então, companheiros e companheiras, estamos juntos e juntas. Eu sempre digo que estou diretora de sindicato, mas sou professora. Estava conversando aqui com o Deputado Chico Vigilante, falando que eu tenho 23 anos de Secretaria, tenho 43 anos de idade e não entro na regra de transição. Em vez de me aposentar daqui a 7 anos, vou me aposentar daqui a 24 anos, sem integralidade. Qual é a perspectiva que nós temos de projeção na carreira com qualidade na educação? Qual é a professora, qual é o professor que vai dar conta de estar numa sala de aula com condições extremamente adversas – que sabemos quais são –, com 65 ou 70 anos de idade?

Então, nós precisamos fazer um enfrentamento forte contra essa reforma da Previdência. Contra toda ela. Sem substitutivo.

Encerro dizendo que Paulo Freire é sempre muito atual. Não é a primeira vez que vou citar essa frase dele, e alguns aqui já até me ouviram nessa referência. Mas Paulo Freire tem uma frase que se torna extremamente atual e pertinente. Ele fala da esperança. Diz que, em momento de adversidade, a esperança já representa em si um ato subversivo e um ato de resistência. Então, que sejamos subversivos nessa luta. E que sejamos juntos a resistência que precisamos para manter a nossa pauta da classe trabalhadora.

Muito obrigado, companheiros e companheiras. Estamos juntos! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu agradeço à companheira Luciana.

O Deputado Wasny de Roure tinha precisado sair e eu tive que segurar a barra para ele. Eu vou convidá-lo a presidir a sessão. Eu vou ter que sair, e você, Wasny, assume a sua missão.

Concedo a palavra à Sra. Edineide Rocha, que é do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Deputado Wasny, depois temos uma relação aqui de trabalhadoras e trabalhadores inscritos. (Palmas.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Guerreiro Chico, muito obrigado. V.Exa., como sempre, faz diferença para nós.

Desculpem-me, companheiros, hoje estou bastante debilitado, estou com uma virose pesada, mas também tinha de participar de uma negociação que já estava prevista dos servidores da saúde, a chamada Portaria nº 94. Por isso, fiquei um tempinho lá com eles, mas está praticamente concluída a negociação com excelente resultado.

Quero convidar a Edineide, que é do Movimento das Trabalhadores Rurais sem Terra.

(Manifestação da galeria.)

SRA. EDINEIDE ROCHA – Boa tarde, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Wasny e também a plenária em nome de todos os trabalhadores e representações que aqui se encontram.

Não vou falar muito porque acredito que os companheiros que estão na Mesa já fizeram uma excelente exposição sobre tudo que está aí imposto por este governo golpista. Só quero colocar que, em relação a nós trabalhadores rurais, muitas estatísticas dizem que começamos a trabalhar com 14 anos, 7 anos, mas eu, como filha de trabalhadora rural, mulher assentada da reforma agrária, digo aqui e afirmo que os trabalhadores rurais começam a trabalhar a partir da geração deles na barriga da mãe, após estarem no ventre da mãe, trabalham com ela. Após o nascimento, a mãe o coloca no saco nas costas e vai para a lavoura. Assim foi o meu crescimento, assim foi a minha infância na roça, na colheita de feijão, de algodão, de milho. Então, acredito que todos os trabalhadores rurais são os trabalhadores mais importantes para toda a sociedade, não só porque colocam uma produção saudável nas mesas da população, mas porque são seres humanos, são trabalhadores iguais a qualquer trabalhador urbano.

Nesse sentido quero colocar que essa medida que está aí é um retrocesso, um retrocesso total para toda a classe trabalhadora, causa muita indignação principalmente em nós mulheres. Este governo ilegítimo coloca uma proposta, mas não chama a sociedade, não chama os trabalhadores para discutir, para planejar, simplesmente não ouve, não se importa com a população, com aqueles que votam, que colocam os eleitos lá naquele espaço, naquele Parlamento. No momento a grande maioria daquele Parlamento não nos representa, a maior parte dele hoje é motivo de vergonha porque é um Parlamento que olha para o próprio umbigo, é um Parlamento que, além de ser golpista, é oportunista, não está nem aí para a classe trabalhadora. (Palmas.)

Quero dizer que igualar as mulheres rurais às mulheres urbanas é uma vergonha, é um grande retrocesso. Também igualar homens e mulheres não é justo, é vergonhoso, as mulheres são as que mais perdem, além da jornada de trabalho de oito horas, muitas delas, e colocamos aí a grande parte dos trabalhadores domésticos, dos trabalhadores de várias categorias, não cumprem muitas vezes só oito horas de trabalho, na maioria das vezes alteram as suas jornadas de trabalho com horas extras para poder colocar o feijão e o arroz dentro de casa para alimentar seus filhos.

Luciana, pode contar conosco, como trabalhadoras e trabalhadores rurais, aqui, com a greve geral dos professores. Seria muito bom se todas as categorias minimamente aderissem a essa organização e puxassem uma greve geral. Nós iríamos, sim, pegar nossos filhos e ir, sim, ocupar os espaços junto com os professores, não só com os professores, mas com os trabalhadores da saúde, da segurança, do transporte, de todas as categorias. Porque, nós, como trabalhadores, também somos merecedores dessas políticas públicas.

A nossa maior preocupação também não é só a lentidão na Reforma Agrária, é o retrocesso da Reforma Agrária com a Medida Provisória nº 759, que também não nos representa, que é uma vergonha. Nós também somos contra qualquer tipo de reforma seja ela da Previdência, seja ela trabalhista. Nós não vamos parar nenhum minuto, nós não vamos nos calar diante dessa vergonha.

E dizer que também, não é nem dizer, é colocar um desafio para esta Casa. Eu acredito que os outros Deputados que estão em seus gabinetes estão nos ouvindo neste momento. Então, que não fique só para a bancada do PT, mas para todos os 24 Deputados que ocupam espaço nesta Casa. É um desafio para que saiam dos seus gabinetes e vão para as periferias, que vão às comunidades rurais, que vão para às comunidades urbanas, que vão às comunidades tradicionais e que lá façam o debate sobre a Previdência, que afirmem um compromisso com cada trabalhador, com cada trabalhadora de que são contra a reforma da Previdência e que, nesse momento, eles potencializem, coloquem e enfatizem a importância de lutar contra esse Congresso na reforma da Previdência.

Então, eu gostaria muito que esses Deputados que estão aí – que, em 2018, vão disputar voto a voto –, neste momento, disputassem o projeto que não contempla nenhum trabalhador ou trabalhadora do nosso País.

Já encerrando a minha fala, eu quero dizer só o seguinte, vou usar até uma frase aqui do Emiliano Zapata, que diz: "Se não há justiça para o povo, não haja paz para o governo". Eu acrescento: governo golpista que não nos representa. É isso.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – É isso aí. Parabéns, companheira.

Eu quero registrar a presença do companheiro Marcão, Superintendente Regional do Incra, aqui conosco. Eu creio que ele veio aqui para a discussão sobre a questão de Brazlândia – não é Marcão? – que o Deputado Juarezão fez, que é o debate sobre as demolições que o governo vem fazendo.

Tenho a grata satisfação de convidar e de registrar a presença da Deputada Federal Erika Kokay, e pedir que S.Exa. fique aqui conosco.

Convido a palavra ao Sr. Júlio que está esperando para fazer o uso da palavra.

SR. JÚLIO BARROS – Uma saudação a todos e todas, fundamentalmente aos meus companheiros e companheiras de luta, aos professores e professoras que estão presentes e aos trabalhadores e às trabalhadoras do campo.

Saúdo a Mesa na pessoa do Deputado Wasny de Roure, que teve a iniciativa de propor esta audiência pública. S.Exa. também já agendou para a próxima segunda feira, às 15h, um debate sobre a questão local, que é a meta 17/20 do plano distrital, para o qual estão todos convidados.

Registro também aqui que a gente fica muito feliz pelo restabelecimento da saúde do Deputado Chico Vigilante.

Obviamente, tecnicamente temos uma Mesa de excelente nível, bem qualificada, que já colocou todas as questões que podem ser caracterizadas, como o fim da integralidade dos vencimentos, o fim da paridade, o fim da aposentadoria especial. Isso aí ficou muito claro para todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação.

Agora eu quero ser um pouco mais pragmático, sem entrar no debate técnico, na caracterização da PEC. Eu quero dizer o seguinte: nós dos movimentos sociais, principalmente do movimento sindical, mais especificamente do Sindicato dos Professores, estamos dispostos a colocar em todos os postes do Distrito Federal, em todos os pirulitos das paradas de ônibus, em todas as escolas públicas, a foto, a cara e a posição dos oito Deputados Federais e dos três Senadores que votarem a favor da reforma da Previdência. É um direito das trabalhadoras e dos trabalhadores saber como se posiciona, se é inimigo do trabalhador ou se está a favor do trabalhador. Assim como nós vamos publicizar quem é contra, nós vamos publicizar quem é a favor também.

O que esta Casa tem a ver com isso? Tem tudo. O companheiro do Dieese e o companheiro Gabas já falaram da importância de soltar moções dizendo que nós somos contra a reforma da Previdência.

Porém, num processo eleitoral – e ano que vem tem eleição –, é tradição os candidatos a Deputado Distrital fazerem dobradinhas. E não é aquela comida gostosa da Feira da Ceilândia e de várias feiras, não. É dobradinha. O Deputado Distrital que fizer dobradinha com o Deputado ou Senador que votar a favor da reforma da Previdência, considere-se um candidato derrotado. (Palmas.)

Então, queremos aqui o compromisso dos 24 Deputados Distritais assinando a moção de repúdio a essa reforma da Previdência.

Para concluir, Sr. Presidente.

Esse povo que está no Governo Federal, além de golpista, é cínico. O Rodrigo Maia, Presidente da Câmara, foi à televisão dizer que está atendendo a uma reivindicação das mulheres pela igualdade, que agora nivelou a idade de todo mundo – isso é uma declaração do Presidente da Câmara dos Deputados. O Temer dizendo que a integralidade não acabou, basta contribuir com a Previdência por cinquenta anos.

Então, gente, os ataques são na questão da reforma da Previdência, mas não podemos nos esquecer da reforma trabalhista, que joga toda a CLT na lata do lixo, e não podemos nos esquecer do projeto de terceirização, que é o fim dos concursos públicos.

Então, juntos somos fortes. Até a vitória.

Um grande abraço a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Júlio.

Convido a fazer uso da palavra o Chiquinho, da Secretaria Intersindical e Parlamentar, também por três minutos.

O Chiquinho é do Sindsep. Guerreiro, hoje aposentado, mas um guerreiro de luta, principalmente ali na Esplanada onde tem uma marca muito própria, porque é bem presente nas manifestações.

SR. JOSÉ FRANCISCO – Sras. Deputadas, Srs. Deputados, mais uma vez estamos retornando a este plenário, e eu gostaria de rememorar aqui algumas questões no que diz respeito a essa bendita reforma criminosa, que eu nunca chamei de reforma da Previdência.

Está sendo colocado para o conjunto da sociedade que aqui se encontra que a grande realidade é o seguinte: no jornal de quinta-feira, Michel Temer jogador, Michel Temer sírio-libanês, que é jogador de bomba em criança, coloca em jornal, em primeira página, que quem não aprovar essa reforma é inimigo do Brasil.

Eu gostaria de colocar para o conjunto da sociedade que aqui está, Deputados e Deputadas e senhores neste plenário, que quem não é brasileiro e quem não é pessoa que repensa o que significa essa reforma é esse cidadão que joga bomba em criança, e não os demais que ele diz que, se não forem a favor da reforma, são inimigos do Brasil. Michel Temer é inimigo da Nação Brasileira, gente. (Palmas.)

Eu gostaria de rememorar aqui uma questão colocada pelo Fernando Henrique e o grupo dele na época. Wasny já era Deputado Distrital e o Magela também. Eles fizeram o seguinte, os iluminados que estavam lá na Previdência Social, começando pelo Sr. Waldeck Ornelas, começando por Pedro Parente, Fernando Henrique Cardoso, Ubiratan Aguiar e seu Pedro Malan. Eles chamaram 22 governadores e colocaram o seguinte: "Olha, senhores iluminados, nós temos uma proposta muito boa e nós sabemos onde buscar o recurso". Vão buscar o recurso aonde? É aquela PEC 136, Wasny! Aquela PEC 136, que quebrou a paridade entre ativo e inativo. Aquela PEC 136, que depois transformaram em PEC paralela 227, 77, 67, 47, Emenda 41, que é esse fuzil e essa faca que está na cabeça dos aposentados e pensionistas!

Aí eu dizia que os ativos de hoje serão os aposentados de amanhã, gente! Vamos tomar cuidado com essa reforma da Previdência porque essa reforma não é brincadeira! Lá na frente eles vão querer colocar essa reforma nas costas de todos! Nas costas de todos os trabalhadores do País. E o que aconteceu? Aí veio o Sr. Michel Temer agora, com esse receituário do projeto neoliberal, colocando todo mundo na vala comum.

Para concluir, quero colocar aqui que nós, aposentados e pensionistas, nós, servidores públicos, nós, professores, nós, dirigentes sindicais e a sociedade como um todo, os mais sofridos, os sem terra e o pessoal do campo, porque nós não compramos em mercado diferente e nem em farmácias diferentes... O que nós

temos, companheiros e companheiras, Srs. Deputados, plenário que aqui está, é que colocar o bloco na rua e criar fatos políticos, como criamos ontem, e colocar o conjunto da sociedade porque nós podemos expulsar de lá do Palácio do Planalto o Sr. Michel Temer. Usurpador do poder! Porque a Dilma foi assaltada dentro do Palácio do Planalto! (Palmas.)

Vamos para a rua! Vamos colocar para o conjunto da sociedade o que significa essa reforma! Que essa reforma é mais criminosa do que tudo. É como disse o companheiro aqui: "Essa reforma é um fuzil no peito de cada brasileiro!".

Boa noite a todos e um abraço.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado.

Quero registrar para vocês que essa audiência está sendo acompanhada por aproximadamente 1.700 pessoas pela *internet*.

Quero dizer também a vocês para não deixarem de pegar esse panfleto para distribuir lá nos rincões que vocês vão, pois ele dá um pouco o retrato de miséria em que cairá a Previdência com essas medidas do Governo Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Flauzino, Presidente do Sindicato dos Economistas e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Sr. Bruno Leandro.

SR. BRUNO LEANDRO – Primeiramente, Fora Temer! Gostaria de fazer uma saudação aqui aos trabalhadores e trabalhadoras que estão ocupando definitivamente esta Casa, que tem por objetivo e por obrigação defender os interesses do povo brasiliense.

Quero dizer aqui que o nosso movimento é literalmente contra essa reforma que está se colocando por esse governo golpista! Um governo que tem 60% da sua base com 60 canalhas que traem o povo brasileiro! São 60% de canalhas que estão colocados na lista do Janot e são essas pessoas, são essas ratazanas lá no Congresso Nacional que estão lutando contra o povo! São essas ratazanas que estão no Congresso que estão aprovando essa reforma e estão querendo que a gente pague o pato da Fies, porque não somos nós que temos que pagar aquele pato amarelo, não, somos nós que temos que receber da Fies, porque nós temos é que começar a fazer a taxação dos milionários do Brasil! Nós temos que fazer uma taxação. Nós temos que começar a taxar as viúvas dos militares que estão pedindo a volta da ditadura, em que elas não se casam para não perder as pensões. Nós temos que começar a rever como nós vamos pegar o dinheiro que foi retirado da Lava Jato e fazê-lo voltar para o País e ajudar na compensação dessa reforma tributária, porque, quando nos dizem que nos falta dinheiro, falta-nos dinheiro para pagar as pensões e os salários do povo, mas não falta dinheiro para os caras fazerem uma suruba, com uma garrafa de champanhe de 6 mil reais tirados do povo brasileiro, para pagar e fazer essas negociatas no submundo do Congresso.

É por isso que nós, Movimento dos Trabalhadores sem Terra, não temos vergonha de dizer que temos a nossa foice e temos a nossa enxada para trabalhar no campo, mas, se for preciso ocupar as ruas com as nossas foices e com as nossas enxadas para defender o povo brasileiro, nós vamos fazer. Ao contrário dos coxinhas, que bateram panela e hoje não temos essa audição. Hoje não vemos essas panelas baterem. Aí vemos a diferença de quem realmente tem interesse no povo brasileiro e de quem realmente está traindo o povo brasileiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Bruno. Parabéns!

Concedo a palavra ao Sr. Rodrigo Rodrigues, secretário da CUT. Já saiu.

Peço a Raquel para ajudar a gente aqui em uma rápida apresentação, antes de passar a palavra para a Deputada Erika. Ela vai encerrar, e sei que todos vocês querem ter a alegria de ouvir essa Deputada guerreira, que faz diferença naquele reacionário Congresso Nacional.

Eu e o Deputado Luis Cesar, Deputado do PT do Estado de Goiás, tentamos esboçar para a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – uma proposta que eles estão encaminhando no dia de hoje para o Presidente da Câmara, para o Ministro Kassab, para o Presidente Eunício, do Senado, e também para esse golpista Temer. Eles estarão apresentando um documento que vai ser assinado pela instituição. É uma carta política, baseada nesse trabalho.

Esse trabalho teve várias reuniões. Quero agradecer à nossa assessoria da Câmara, formada por servidores da Casa como o João, o Wilson, o Marlon, o Damião, que ajudaram nesse rápido esboço que apresenta algumas das grandes preocupações. Isso já foi dito hoje, só que esse documento é de uma entidade com mais de mil parlamentares estaduais e tem um peso político significativo.

Primeiro, a proposta apresentada pela Unale – a Unale está encabeçando – pede a supressão das disposições que tratam dos benefícios da assistência social. Ou seja, manter o que já existe hoje, porque eles fazem só maldade. Então, é melhor supressão do que aceitar as maldades que ali estão contidas. Depois é ajustar as aposentadorias dos professores, nos termos construídos ao longo dos anos, dando o tratamento conquistado com o esforço desse segmento que são os professores. Aí temos que caracterizar bem que não é aquele que passa em concurso, é aquele que está em sala de aula. Essa é a regra que temos.

Nós estamos com um problema aqui, principalmente no Distrito Federal, em algumas localidades. Eles voltaram a Polícia Militar para o tratamento no modelo geral, sendo que eles sempre estiveram no tratamento das Forças Armadas, porque são forças complementares. E aqui significa Corpo de Bombeiros inclusive, para vocês terem ideia de qual a profundidade e a magnitude de perda para a classe trabalhadora. No caso aqui, são os policiais de rua e os bombeiros que foram enquadrados nessa mesma regra geral. Eles estavam enquadrados nas condições

das Forças Armadas. Então, pede-se a exclusão deles, retornando ao regime anterior.

Depois temos a diminuição do tempo adicional para 30% aos servidores e trabalhadores incluídos nas idades previstas para a regra de transição, para não ficar na magnitude de perda, como estava. Essa é a proposta. Vocês hão de entender, há parlamentares de todas as matizes políticas. Já foi um grande avanço ter sensibilizado a instituição a assumir as propostas, principalmente as que trazem as maiores perdas para nós.

Sobre a diminuição das idades para o enquadramento de servidores e trabalhadores nas regras de transição, o Pimentel colocou muito bem. Para vocês terem ideia, o documento do Ministério Público chega a comparar dois irmãos e mostra que a diferença de poucos dias – ou melhor, de pouco tempo, pouco mais de 1 ano entre dois irmãos – passa a suscitar uma aposentadoria com dramáticas diferenças na vida delas. Irmãs que foram para o mercado de trabalho com pouca diferença de tempo. Talvez eu não ache aqui o exemplo citado por eles, mas é bastante emblemática a caracterização da severidade dessa proposta. Enfim, depois vocês vão ter em mãos. Essa é a proposta que o Ministério Público está apresentando para contraditar a posição do governo.

Depois nós temos a supressão do percentual adicional para os trabalhadores rurais enquadrados na regra de transição. Aqui eu queria chamar a atenção dos companheiros, e o Pimentel fala isso. Uma coisa é um trabalhador rural aqui do Distrito Federal, que com trinta a quarenta minutos chega à Esplanada. Outra coisa é um trabalhador no interior do Piauí ou Ceará, onde houve cinco anos de seca. Esse camarada não tem recurso para recolher a previdência mensal, como o novo governo exige. É um crime o que estão fazendo com esse segmento da sociedade. É um verdadeiro crime com esse segmento dos menos favorecidos da sociedade brasileira, a despeito do alimento que põem na mesa do brasileiro e da pauta de exportação, que leva o País a ser superavitário de maneira significativa.

Eu comecei de trás para a frente, mas isso não tem maiores problemas. Outra questão é a previsão da aposentadoria permanente nos casos de acidente de serviço, moléstia profissional, doença grave, contagiosa ou incurável na forma da lei. Foram aquelas modalidades que a Previdência brasileira foi internalizando, como o portador de câncer, uma série de especificidades que se construiu ao longo dos anos. Toda essa conquista está sendo enterrada na atual proposta. Então, nós pedimos o restabelecimento dessa modalidade de aposentadoria pelas especificidades de acidentes, moléstias, enfim.

A diminuição das aposentadorias voluntárias para 60 anos de idade para homens, 55 anos de idade para mulheres, e 20 anos de contribuição. Aqui tem uma diferença, porque hoje é de 15 anos. Aqui a Unale flexibiliza, porque o governo está propondo 25 anos. Uma pesquisa já divulgada apresenta que ninguém aposentado nesses últimos meses alcança 25 anos de contribuição, só para se ter ideia.

Por último, desde o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria. Previsão de direito de opção do servidor público em relação ao regime, conforme o atual art. 40, §16 da Constituição. Por fim, o ajuste na regra da aposentadoria voluntária, aumentando o percentual de 51% para 60%.

Então, são essas as propostas hoje, com um esforço muito grande, como eu disse a vocês, da entidade. É importante, porque ela é uma entidade do Brasil inteiro, de Parlamentares e de casas legislativas. Eles têm um peso político de interação muito grande. Vocês sabem que, em última instância, é aquilo que o Júlio falou: na hora h, quem faz a campanha do deputado federal e do senador são os deputados distritais e deputados estaduais. Isso é muito importante para nós. Iremos posteriormente distribuir a vocês essa carta que a Unale entregou. Eu quero pegá-la já com o carimbo do Governo Temer. Vamos publicar no nosso *site*, para vocês conhecerem um pouco melhor.

Vou passar a palavra à Deputada Federal Erika Kokay para que S.Exa. encerre essa produtiva comissão geral, que está tendo grande repercussão. Eu creio que ela é uma iniciativa extremamente positiva. Muitos servidores não estão acordados para a magnitude e a profundidade das perdas que essas medidas trarão.

Concedo a palavra à V.Exa., Deputada Federal Erika Kokay. Por gentileza, encerre para nós esta tarde de trabalho na Câmara Legislativa sobre o desmonte da Previdência patrocinado pelo Governo Temer.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Eu quero saudar cada uma e cada um de vocês e particularmente saudar o Deputado Wasny de Roure pela iniciativa de ter realizado essa comissão geral, que trata de um assunto absolutamente fundamental.

A reforma da Previdência tem uma pedagogia muito freireana. Ela invade a realidade das pessoas, e as pessoas entendem o que é a reforma da Previdência. Ela é muito didática na sua crueldade. E ela só é possível de se realizar porque nós estamos num momento do Brasil de ruptura democrática. Nessa ruptura democrática, o governo tem três eixos básicos de atuação. Um deles é a entrega do País, a venda do País. Isso vai se expressar no pré-sal, na eliminação do conteúdo nacional, na venda agora para outro país do aeroporto de Fortaleza – sem contrapartida, porque não existe contrapartida de investimento, o investimento será determinado a partir da demanda. O papel-moeda brasileiro pode ser feito fora do Brasil – isso foi aprovado na Câmara dos Deputados com a nossa oposição – por uma empresa contratada sem licitação. Nem os militares ousaram tanto. Então, esse governo se caracteriza pela entrega do País, a venda das distribuidoras de energia e, ao mesmo tempo, a retirada de direitos.

A democracia é chão básico para os direitos. Se nós não temos democracia, os direitos estão ameaçados. A relação entre direitos e democracia é umbilical, porque é a democracia que se fortalece com os próprios direitos. Quando você tem direitos, quando o povo tem direitos, ele consolida o processo democrático, leva a

democracia para todos os lugares. E, quando você tem democracia, você possibilita os direitos. Então, nós estamos vivenciando o conteúdo pulsante do golpe. É o AI-5 do golpe. O AI-5 do golpe está na limitação do teto, nesse modelo de Brasil, que é o congelamento das despesas primárias. Das despesas primárias, 88% são despesas obrigatórias; ou seja, nas políticas públicas, que fazem parte das despesas primárias, 88% delas, o governo não pode escolher se vai ou não fazer, são obrigatórias. Dentre elas, está a Previdência.

Portanto, a PEC, a mudança da Constituição para congelar os gastos e as despesas primárias consolida uma retira de direitos muito profunda, inclusive os direitos da reforma da Previdência. Então, é um governo que se caracteriza por um processo de entrega do País, de invisibilização do povo. É como se o povo não existisse neste País. O governo fala como se não houvesse povo neste Brasil. E nós fomos às ruas no dia 15 para dizer que existe povo neste Brasil. Existe povo que vai às ruas e luta pelos seus direitos. E nada mais simbólico do que nós termos hasteado as bandeiras do movimento social no coração do golpe, que é o Ministério da Fazenda. Ali, nós estávamos dizendo: "Dê cá o meu país de volta, porque vocês arrancaram o Brasil dos brasileiros". Tanto é que Temer tem a ousadia de dizer que quem é contra a reforma é contra o Brasil. Isso é o "ame-o ou deixe-o" da ditadura militar, quando eles diziam: ou vocês amam o Brasil sob as nossas botas e as nossas baionetas, sob as fardas militares ou vocês abandonam o Brasil. Quem é este senhor para dizer que nós somos contra o Brasil porque encaramos que o Brasil tem um povo que ele invisibiliza? Porque o que ele vê é o dito mercado, que virou gente, que tem sentimentos, que fica nervoso: "Ah, o mercado está nervoso. Ah, o mercado se acalmou." E vamos cedendo ao mercado, e vamos entregando os direitos do povo brasileiro ao mercado, vamos entregando o patrimônio do Brasil ao mercado. O governo só vê o mercado e não vê que existe uma população neste País.

Esse governo também se caracteriza por uma proteção à corrupção, pois é um governo corrupto. É um governo apodrecido do ponto de vista ético. Que moral têm estes que estão citados em todas as delações para poderem impor a retirada de direitos do povo brasileiro? Que moral têm para isso? Não têm moral. Esse antro de corruptos quer retirar os direitos do povo brasileiro para pagar a conta do golpe e está retirando com a reforma da Previdência. Não há reforma da Previdência. Isso é desmonte da Previdência, porque, primeiro, parte de um pressuposto de que há um déficit, que nós achamos que não há.

É muito importante essa CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito – de iniciativa do Senador Paim para que nós possamos entender qual é o cálculo que o governo está fazendo, porque esse é um cálculo atuarial, um cálculo atualizado. Eu imagino quanto o governo gastará de Previdência e construo um déficit a partir disso. É uma caixa preta. Segundo, quanto foi retirado da Previdência para arcar com outras despesas. Estima-se que, só nas décadas de 70 e 80, tenham sido retirados por volta de 3 trilhões de dólares da Previdência para se arcar com obras. Quando você tem a desvinculação das receitas da União, você está utilizando dinheiro que deveria ir para a previdência ou para a seguridade em outras finalidades.

Então, nós não sabemos como é que o governo constrói o déficit. Nós sabemos que, se considerarmos a seguridade social, não há déficit. A seguridade social tem uma contribuição tripartite: Estado, empregador e empregado. Eles querem tirar a contribuição do Estado. Na verdade, é isso. Se nós pegarmos os quinze países mais ricos do mundo, a média de investimento, de contribuição do Estado é de 46%. Um país como a Dinamarca contribui 76%. Aí eles querem tirar a contribuição do Estado, que tem, pelo menos, cinco impostos para a seguridade social, que está na Constituição, e criam um déficit para justificar a retirada de direitos e a abertura do mercado para a previdência privada. Aliás, é bom nos lembrarmos que o principal articulador da reforma da Previdência é Presidente do Conselho de Administração da BrasilPrev, que talvez seja a maior empresa de previdência privada do Brasil.

Então, esse é que é o cálculo que está sendo dado por este governo, que é retirar os direitos. Ao mesmo tempo, ele trabalha com a retirada dos direitos trabalhistas. É preciso que nós tenhamos cuidado, porque há por volta de 160 emendas. Eles ampliaram o prazo de emendas até amanhã, um prazo que já deveria ter-se encerrado. Só para vocês terem uma ideia, na PEC – Proposta de Emenda Constitucional – dos gastos, em duas semanas, eles concluíram o prazo de emendas. Deram *quorum* na segunda e na sexta, que são dias de sessões de debates, colocaram 51 Deputados e Deputadas para darem *quorum* em duas semanas. Eles só foram concluir o prazo das emendas da reforma da Previdência por volta de um mês depois, nesta semana. E tiveram que ampliá-lo por pressão da própria base.

Eles perderam essa discussão da previdência com a sociedade. É preciso que nós tenhamos clareza disso. Por isso, eles vão tentar mitigar os efeitos da reforma: aprovar uma emenda aqui, outra emenda lá. E nós temos que dizer que tecido roto, não emendamos, construímos outro. Portanto, nós temos que ter cuidado para que eles não acatem algumas emendas que são cosméticas, façam uma maquiagem no caráter cruel da própria Previdência, construam uma narrativa para dialogar com a população e, partir daí, passem uma reforma que exclui a população de baixa renda neste País. Cinquenta e sete por cento dos municípios brasileiros não têm expectativa de vida de 65 anos e 70% dos municípios brasileiros têm como principal receita a própria previdência.

Se formos ver o nível de crueldade com os rurais, acabou a previdência rural, acabou a aposentadoria rural. Porque você tem na Constituição a possibilidade da contribuição pelo faturamento. Porque rural, você tem produção hoje, amanhã não tem. Acabaram a contribuição e a previdência rural, se passar essa proposta.

E, para nós mulheres, se consideramos 65 anos de idade, vamos trabalhar quase dez anos a mais que os homens, porque trabalhamos mais que eles e ainda somos culpadas. Não foi o Ministro da Saúde – nunca vi um ministro para dizer tanta asneira na minha vida – que disse que a culpa da obesidade infantil é das mães? O outro, que está ocupando indevidamente a Presidência da República, disse que a

função da mulher é cuidar dos filhos dos homens e fiscalizar os preços nos supermercados.

Nós estamos dizendo a eles – estivemos nas ruas ontem – que nós, mulheres, queremos estar em qualquer lugar que quisermos, que não temos lugares determinados para as mulheres, impostos pelo sexismo e pelo machismo. E me vem um sexismo e um machismo que é extremamente cínico e tenta tirar a nossa própria voz. Aí me vem o Presidente da Câmara e o Ministro da Fazenda para dizer que estão defendendo o direito das mulheres, porque as mulheres querem as mesmas aposentadorias que os homens. Então, tenhamos o mesmo tempo de trabalho, tenhamos a mesma remuneração. Sessenta e quatro e meio por cento das mulheres se aposentam por antiguidade, porque têm dificuldade na permanência no mercado de trabalho. Quando têm os meninos, as mulheres saem do mercado de trabalho e os homens vão com mais afinco, porque querem prover. Há o mito de que o homem é provedor da própria família.

Portanto, essa é uma reforma que aprofunda todas as desigualdades sociais, entre o campo e a cidade, entre homens e mulheres, e que elimina a única política pública que reconhece que há uma desigualdade sexual no mercado de trabalho e busca superá-la. Que outra política pública reconhece que as mulheres trabalham mais, ganham menos, estão em menos postos de chefia do que os homens e são as primeiras a serem demitidas? Que política pública reconhece essa desigualdade no mercado de trabalho? A mesma sociedade que faz com que milhões de mulheres tenham medo de voltar para casa, porque serão vítimas de uma tortura, que é a violência doméstica – elas arrancadas delas mesmas –, é a política que discrimina a mulher no mercado de trabalho e que hoje quer estabelecer uma reforma da Previdência que é excludente.

Ela exclui os idosos. Nós temos 98% de proteção dos idosos hoje. Os idosos são excluídos a partir do BPC – Benefício de Prestação Continuada –, que já foi falado pelo Deputado Wasny de Roure. Porque, com 70 anos, para quem ganha ¼ de salário mínimo de renda *per capita* familiar... Nós estamos falando de extrema pobreza... Quer que viva setenta anos? Que atinge o BPC, o Benefício de Prestação Continuada às pessoas com deficiência e os idosos. Querem acabar com isso. Eles querem construir um País das casas grandes e senzalas. Por isso eles têm, inclusive, toda uma ação para impedir que a lista do trabalho escravo, a lista suja, possa sair e ser divulgada na nossa sociedade. Eles não querem divulgar quais são as empresas que cometem trabalho e fazem trabalho análogo à escravidão no Brasil, porque têm um pacto com a escravidão. E nós temos pacto com a vida e com a liberdade. Por isso, nós fomos às ruas. Por isso eles vão perder a discussão da Reforma da Previdência.

Eu encerro lembrando duas preocupações. Uma delas é que eles venham mitigar os efeitos, ou fazer algumas emendas, ou fazer algumas maquiagens na própria reforma da Previdência, para aprová-la. Temos que ficar atentos a isso. E a segunda é que, enquanto estamos concentrados no embate ou no combate à

destruição da Previdência Social, eles se organizam para passar a reforma trabalhista, que não precisa de *quorum* qualificado. Ela é mais difícil de entender. É a reforma trabalhista que está puxando, como se fosse uma força gravitacional, uma série de proposições que são nocivas ao trabalhador. Ao mesmo tempo, o projeto da terceirização, que acaba com o Estado, estabelece uma nulidade do próprio Estado.

Então, tenhamos dois cuidados: que eles não venham fazer reformas ou aceitar emendas que mantenham a crueldade central do que é a reforma da Previdência ou a destruição da Previdência Social – que isso fique mais palatável para o próprio povo – e que não venham se aproveitar da concentração na reforma da Previdência, para passar a destruição dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, pagando a conta da Fiesp, pagando a conta que eles fizeram na construção do golpe, com a própria Fiesp.

Por isso, estejamos bastante atentos. Temos que ir para as ruas e pressionar os Parlamentares. Ir aonde eles têm voto. Nós temos que definir qual é o perfil do eleitorado, qual é o perfil do Parlamentar, ir atrás desse Parlamentar, para dizer que ele, se votar na reforma da Previdência e na reforma trabalhista, não voltará para o Parlamento, porque o povo vai impedir que ele tenha um mandato utilizado contra o próprio povo.

É preciso que nós façamos essa campanha que está bastante viva em muitos lugares do Brasil. Que possamos dizer de que lado você está. Se do lado daqueles que querem destruir os direitos que foram conquistados neste País, com muita luta, com muita dor pelo povo brasileiro – pelas mulheres, pelos idosos, pelos rurais –, ou do lado do próprio povo brasileiro.

Temos todas as condições para implementar e impor a primeira derrota ao governo golpista. A segunda derrota será tirar essa camarilha do Palácio do Planalto e provocar eleições diretas neste País.

Por isso eu encerro dizendo: Fora Temer!

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Erika Kokay.

Esta Presidência registra aqui a justificativa do Deputado Robério Negreiros, cumprimentando todos que tiveram presentes.

Eu queria agradecer a cada um de vocês, principalmente aos que tiveram paciência de aguardar o encerramento. São 18h17min. Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e dos demais convidados, como o ex-Ministro Carlos Gabas, os auditores fiscais, o representante do Dieese, o Senador José Pimentel e os trabalhadores e trabalhadoras.

Esta comissão geral está encerrada, bem como a sessão ordinária que a originou.

Boa tarde a todos e muito obrigado pela presença.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 | 03 | 2017	15h05min	18ª Sessão Ordinária/Comissão Geral	46

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se às 18h18min.)